



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 45ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a homenagear a maçonaria pela comemoração, em 20 de agosto, do Dia do Maçom

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário
2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATA

ATA DA 45ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/8/2014

Presidência do Deputado Fabiano Tolentino

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Presidente - Entrega de Placas - Palavras do Sr. Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas - Palavras do Sr. José Humberto Bahia - Palavras do Sr. Janir Adir Moreira - Palavras do Sr. Amintas de Araújo Xavier - Palavras do Deputado Federal Domingos Sávio - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:
Fabiano Tolentino - Gustavo Valadares - Tiago Ulisses.

Abertura

O presidente (deputado Fabiano Tolentino) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Tiago Ulisses, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a maçonaria pela comemoração, em 20 de agosto, do Dia do Maçom.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Roney Luiz Torres Alves da Silva, advogado-geral do Estado, representando o governador do Estado, Alberto Pinto Coelho; Amintas de Araújo Xavier, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil Minas Gerais; Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, primeiro vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; José Humberto Bahia, grão-mestre adjunto do Grande Oriente Minas Gerais; Janir Adir Moreira, grão-mestre *ad vitam* e secretário-geral adjunto da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil; Gabriel Campos de Oliveira, deputado federal e coordenador líder da Bancada Federal da Assembleia Maçônica do Grande Oriente do Brasil; Domingos Sávio, deputado federal; e Joaquim Francisco Neto, delegado assistente da Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG -, representando o chefe da PCMG, Oliveira Santiago Maciel.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Srs. Galeno Gomes Siqueira, defensor público de Minas Gerais; Rodrigo Otávio dos Anjos, grande mestre estadual do Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais; e Cap. José do Carmo Barbosa, representando o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Registramos também a presença, neste ato, do nosso colega servidor da Assembleia Dr. Paulo Alves de Oliveira, gerente-geral da área de Saúde da Casa.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Bombeiro Instrumental Orquestra Show - Bios -, sob a coordenação do 1º-Sgt. Amauri Pereira de Paula.



- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, o deputado Fabiano Tolentino, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro.

Palavras do Presidente

Neste momento vou ler a mensagem do deputado Dinis Pinheiro, presidente desta casa. (- Lê:)

“Mais uma vez, seguindo o rito de uma tradição, esta Casa homenageia a maçonaria, especialmente para celebrar o Dia do Maçom. Temos a grande honra de acolher neste Plenário os membros do Grande Oriente do Brasil, seção de Minas Gerais, do Grande Oriente Minas Gerais e da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, que reúnem os mais altos defensores dos eternos ideais da liberdade, da fraternidade e da igualdade.

Têm sido esses valores iluministas os grandes norteadores que permeiam não só as instituições democráticas como a própria cultura ocidental. É assim que os grandes momentos da história deste país trazem a indelével marca dos maçons, desde a Inconfidência Mineira até os momentos cruciais da Independência, da Abolição e da Proclamação da República.

Nossa identidade nacional é tributária dos princípios de uma organização universal que cultiva o conhecimento e o amor à pátria sem paixões políticas ou religiosas. É o gosto pela investigação da verdade que nos defende da intolerância e do fanatismo, prescrevendo a defesa dos direitos individuais e coletivos sobre o uso da força e da violência.

Já aberta às mulheres e à juventude, a maçonaria mineira vem assumindo as grandes bandeiras sociais em defesa da cidadania, sendo uma importante parceira das principais campanhas empreendidas por esta Casa. Além de combater as drogas e se preocupar com o voto consciente, objetos de nossas marchas contra o *crack* e do Parlamento Jovem, adotou, de coração aberto, nossa defesa da saúde pública, na preocupação de levar a todos o projeto Assine+Saúde.

Esta Assembleia, que sempre, ao longo de sua história, abrigou deputados maçons, se congratula, portanto, com os dirigentes que hoje respondem pela presença ativa da maçonaria em nosso estado. Cumprimento, em nome de todo o povo representado por esta Assembleia, o grão-mestre Amintas de Araújo Xavier, o sereníssimo mestre adjunto José Humberto Bahia e o eminente primeiro-vigilante Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas.

Minas Gerais orgulha-se de sua maçonaria como se orgulha de sua bandeira, tão ligada aos ideais da organização. Lembramo-nos, neste momento solene, de grandes personalidades que construíram este país, os extraordinários adeptos da maçonaria que foram D. Pedro I, José Bonifácio, Feijó e Deodoro, entre inúmeros outros vultos que nos deixaram o legado indelével de suas ações.

Vemos, cada vez mais, o povo brasileiro preocupado com a busca constante de um país transparente, sem fome, sem analfabetos, sem doentes desassistidos. É um justo futuro, erguido pela prática efetiva da fraternidade, que as lideranças maçônicas vêm, ao longo dos séculos, descortinando para cada cidadão brasileiro e sua família. É por acreditar nesses dias que virão, mais solidários e equilibrados, quando todos desfrutarão de condições semelhantes, que realizamos este tributo à grandiosa obra da maçonaria. Muito obrigado.”

Esta é a mensagem do presidente a todos os nossos irmãos e cunhadas, celebrando o Dia do Maçom.

Entrega de Placas

O locutor - Neste momento, o deputado Fabiano Tolentino, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao eminente grão-mestre do Grande Oriente do Brasil Minas Gerais, Sr. Amintas de Araújo Xavier; ao sereníssimo grão-mestre adjunto do Grande Oriente Minas Gerais, Sr. José Humberto Bahia; e ao eminente primeiro-vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, Sr. Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, de placas alusivas a esta homenagem. As placas a ser entregues contêm os seguintes dizeres:

“Não interessam a origem, a classe social, o credo, a orientação política ou a postura ideológica de seus integrantes. Para a maçonaria, o mais importante é que seus membros comunguem dos ideais de promoção do bem-estar e de busca constante do aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade. Em Minas Gerais, a instituição vem assumindo, cada vez mais, a vanguarda na defesa da solidariedade e da cidadania, por meio de diversas iniciativas, entre as quais campanhas contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, contra o uso de drogas e em defesa do meio ambiente. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em comemoração do Dia do Maçom, presta justa homenagem ao Grande Oriente do Brasil Minas Gerais, na pessoa de seu representante, grão-mestre Amintas de Araújo Xavier, reconhecendo sua importante atuação em favor do desenvolvimento humano em nosso Estado.”

“Não interessam a origem, a classe social, o credo, a orientação política ou a postura ideológica de seus integrantes. Para a maçonaria, o mais importante é que seus membros comunguem dos ideais de promoção do bem-estar e de busca constante do aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade. Em Minas Gerais, a instituição vem assumindo, cada vez mais, a vanguarda na defesa da solidariedade e da cidadania, por meio de diversas iniciativas, entre as quais campanhas contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, contra o uso de drogas e em defesa do meio ambiente. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em comemoração do Dia do Maçom, presta justa homenagem à Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, na pessoa de seu representante, primeiro-vigilante Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, reconhecendo sua importante atuação em favor do desenvolvimento humano em nosso Estado.”

“Não interessam a origem, a classe social, o credo, a orientação política ou a postura ideológica de seus integrantes. Para a maçonaria, o mais importante é que seus membros comunguem dos ideais de promoção do bem-estar e de busca constante do aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade. Em Minas Gerais, a instituição vem assumindo, cada vez mais, a vanguarda na defesa da solidariedade e da cidadania, por meio de diversas iniciativas, entre as quais campanhas contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, contra o uso de drogas e em defesa do meio ambiente. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em comemoração do Dia do Maçom, presta justa homenagem ao Grande Oriente Minas Gerais, na pessoa de seu representante, grão-mestre adjunto José Humberto Bahia, reconhecendo sua importante atuação em favor do desenvolvimento humano em nosso Estado.”

- Procede-se à entrega das placas.

Palavras do Sr. Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas

Boa noite a todos. Cumprimento, primeiramente, o Exmo. Sr. Deputado Fabiano Tolentino, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando, neste ato, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro. Cumprimento também o Exmo. Sr. Roney Luiz Torres Alves da Silva, advogado-geral do Estado de Minas Gerais, neste ato, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho. Cumprimento também o eminente Sr. Amintas de Araújo Xavier, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil Minas Gerais. Saúdo também o Sereníssimo Sr. José Humberto Baia, grão-mestre adjunto do Grande Oriente de Minas Gerais. Saúdo também o Sr. Janir Adir Moreira, sereníssimo grão-mestre *ad vitam* da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais e secretário-geral adjunto da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil. Saúdo, com muita satisfação, o nosso irmão, deputado federal Domingos Sávio, e o nosso deputado federal Gabriel Campos de Oliveira, coordenador líder da bancada federal da Assembleia Maçônica do Grande Oriente de Minas Gerais, e também o Sr. Joaquim Francisco Neto, delegado assistente da Polícia Civil de Minas Gerais, representando o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Oliveira Santiago Maciel.

Caríssimos irmãos, com muita alegria, comparecemos a esta Casa em ocasião tão significativa para todos nós, em que, reafirmando a relação de amizade, consideração e respeito para com a maçonaria, o Parlamento Mineiro se reúne em sessão especial para celebrar o Dia do Maçom, a requerimento do jovem, talentoso e dinâmico irmão deputado Fabiano Tolentino.

Representando a Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, em nome do sereníssimo grão-mestre Leonel Ricardo de Andrade, agradecemos esta honrosa homenagem, ao tempo em que reafirmamos nossa disposição permanente para o estabelecimento de parcerias com o parlamento mineiro em todas as iniciativas e movimentos que visem o fortalecimento da cidadania e do Estado Democrático de Direito.

Meus irmãos, é importante destacar que a celebração do Dia do Maçom é uma ocasião que sempre nos propicia momentos para intensa reflexão, sobretudo, fortalecendo a compreensão das nossas responsabilidades e compromissos com os princípios fundamentais que nos regem e que nos encaminham à constante preocupação com o bem-estar da sociedade, da Pátria e da humanidade,

Vivemos momentos de definições importantes na vida nacional, em que o cidadão, sobretudo o maçom, tem de estar atento à conjuntura, acompanhando, participando, analisando e se inteirando do cenário, para que, de posse de amplas e confiáveis informações, possa, com consciência e responsabilidade, contribuir no processo de fortalecimento de nossas instituições e da nossa jovem democracia.

Com preocupação, constatamos que a indignação toma conta da sociedade. Assusta-nos que esse estado de indignação, ao nosso sentir, esteja se transformando em desesperança. Não podemos permitir que o povo brasileiro perca a esperança. É preciso resgatar a dignidade e a confiança da sociedade em nossas instituições.

Nesse contexto é que aderimos, com muito entusiasmo e comprometimento, à campanha do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, denominada *Voto Consciente - Eleições 2014*. Entendemos que, pelo exercício do voto consciente, configura-se a cidadania plena. A maçonaria, asseguramos-lhes, não será omissa. Estaremos sempre tomando posicionamentos responsáveis no sentido de implementar ações concretas e contributivas à construção de novas perspectivas para a sociedade e para o futuro do Brasil.

A propósito, informamos aos deputados que as 27 Grandes Lojas Maçônicas Brasileiras estiveram reunidas em Belo Horizonte no período de 26 a 30 de julho para a realização da Assembleia Geral Ordinária Anual da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil - CMSB -, discutindo assuntos maçônicos e não maçônicos, estes sobretudo relacionados a questões políticas, econômicas e sociais do Brasil, com deliberações e encaminhamento de várias ações de trabalho a serem implementadas.

Como destaque dessas deliberações, registramos a proposta de anteprojeto de lei de iniciativa popular visando a combater a corrupção e a impunidade, denominado Crime de Lesa-Pátria, que foi encampado por todas as grandes lojas e se constituirá no grande trabalho a ser desenvolvido em todas as unidades da federação e que, sem sombra de dúvidas, se constituirá em significativa contribuição da maçonaria contemporânea à sociedade e ao Brasil.

No desenvolvimento dos trabalhos envolveremos todos os segmentos da sociedade civil organizada. Sr. Presidente, no momento oportuno, buscaremos também o apoio e a parceria desta Casa. Destacamos também que, ao final da assembleia geral acima referida, foi produzida, fruto das discussões desenvolvidas, a Carta de Belo Horizonte, assinada por todos os grão-mestres, tendo como escopo científico, de forma sintética e objetiva, a sociedade e os poderes constituídos sobre o pensamento e o posicionamento das Grandes Lojas Maçônicas Brasileiras, e já está sendo amplamente divulgada em todo o Brasil.

Com muito entusiasmo passamos uma cópia desse documento às mãos do ilustre deputado Fabiano Tolentino, solicitando-lhe o obséquio de efetuar a sua leitura em sessão plenária da Assembleia Legislativa.

Reiteramos por fim os nossos agradecimentos por esta honrosa homenagem, desejando aos ilustres deputados que colocam, mais uma vez, seus nomes à apreciação dos cidadãos mineiros, muito sucesso nessa caminhada e que possam continuar o trabalho que vem sendo desenvolvido, com a prestação de relevantes serviços à sociedade mineira. Muito obrigado, com os nossos melhores votos de felicidade e prosperidade a todos.

Palavras do Sr. José Humberto Bahia

Boa noite a todos. Cumprimento os Exmos. Sr. Deputado Fabiano Tolentino, meu irmão, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando neste momento o deputado Dinis Pinheiro, presidente da egrégia Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Dr. Roney Luiz Torres Alves da Silva, advogado-geral do Estado de Minas Gerais, representando meu amigo Alberto Pinto Coelho, governador do Estado de Minas Gerais; eminente Sr. Amintas de Araújo Xavier, irmão e grão-mestre do Grande Oriente do Brasil Minas Gerais; eminente Sr. Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, primeiro-vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, a quem trato como amigo, grande Tataco; Sr. Janir Adir Moreira, grão-mestre *ad vitam* e secretário-geral adjunto da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, amigo de longas e longas décadas; meu irmão e deputado federal Domingos Sávio,



que há oito anos nos brinda com sua excelente presença; Dr. Joaquim Francisco Neto, delegado assistente da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, que representa o Dr. Oliveira Santiago Maciel, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; irmão Gabriel Campos de Oliveira, deputado federal e coordenador líder da Bancada Federal Assembleia Maçônica do Grande Oriente do Brasil; meus queridos irmãos maçons de todo o Brasil, em especial de Minas Gerais; minhas diletas cunhadas e meus queridos sobrinhos DeMolays.

Início dizendo que não somos aquilo que dizem que somos. Apenas somos homens, cristãos e maçons. Ninguém nasce maçom, mas nasce cristão, acredita no Ente Supremo, que é Deus, o nosso grande arquiteto do universo. E, assim iniciando, participamos dia a dia da vida nacional. Temos família, temos trabalho, temos colegas. Somos homens comuns como todo ser humano; não somos diferentes dos outros. O tratamento que se dá a um maçom é o tratamento que se dá a um cidadão brasileiro, nato ou não.

A maçonaria do Brasil viveu e vive momentos importantes na política brasileira, em especial de Minas Gerais. Vou além das fronteiras do nosso país. Cito três países que têm conosco, maçons, uma afinidade incomensurável: a liberdade dos Estados Unidos pela maçonaria; a liberdade dos franceses pela maçonaria; e a liberdade dos ingleses pela maçonaria. Portanto, estamos presentes em todo o mundo, sempre levando e dizendo que nada se faz sem liberdade, sem fraternidade e sem igualdade. A igualdade por último, porque se trata de igualdade por responsabilidade. Não é tirando de quem tem para quem não tem, provocando um desacerto social ou, quem dissera, provocando uma corruptividade nacional. O maçom se preza primeiramente pela sua postura perante a sociedade, portanto a honestidade é característica própria da maçonaria.

Temos um berço, meus senhores, minhas senhoras, meus jovens, que devemos preservar um nome ímpar de poucas letras, mas que diz tudo que existe dentro e fora da nossa casa. Esta palavra, a maçonaria preza com o maior respeito: família. Não existe maçonaria sem a presença da família. E a nossa dádiva é estarmos lado a lado com os nossos filhos, as nossas esposas, os nossas netos, propagando a maçonaria. Digo isso com muito orgulho porque tenho uma família maçônica.

O maçom, ao se iniciar na ordem, leva sua família para participar da maçonaria. Ele é um homem que diz respeito ao próximo, porque está levando o bem mais precioso que o cidadão tem para participar de uma entidade. A maçonaria se completa com o iniciando, que leva sua esposa, seus filhos e, conseqüentemente, seus sobrinhos, sobrinhas e seus amigos. Assim, dedico o dia 20 de agosto a toda a minha família, a toda minha família maçônica. Quando digo família maçônica, estou abraçando todas as famílias que participam da maçonaria. Não é por acaso que estamos hoje participando de uma reunião especial desta egrégia Assembleia Legislativa do nosso estado. Os representantes do nosso povo, a quem dedicamos nosso voto, concederam-nos este espaço para falar unicamente da maçonaria.

Assim sendo, ao encerrar minhas palavras, em nome do soberano grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais, dos nossos servidores, dos nossos maçons, abraço as potências e as obediências maçônicas. Sempre digo em minhas falas que somos uma única potência porque somos irmãos maçons e trabalhamos para o bem da humanidade. Queiram-nos bem porque queremos bem o povo brasileiro e o povo mineiro. A maçonaria acredita na família.

Vamos nos dar as mãos e andar justos e perfeitos para um bom entendimento nacional. Muito obrigado a todos. Agradeço a oportunidade de falar pelo Grande Oriente de Minas Gerais. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Janir Adir Moreira

Exmo. Sr. Deputado Fabiano Tolentino, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o ilustre deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Roney Luiz Torres Alves da Silva, advogado-geral do Estado de Minas Gerais, neste ato representando o governador do Estado de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho; eminente Sr. Amintas de Araújo Xavier, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil Minas Gerais; Sr. José Humberto Bahia, sereníssimo grão-mestre adjunto do Grande Oriente de Minas Gerais; Sr. Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, eminente primeiro-vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Exmos. Srs. Deputado Federal Domingos Sávio, nosso querido irmão; Gabriel Campos de Oliveira, deputado federal e coordenador líder da bancada federal da Assembleia Maçônica do Grande Oriente do Brasil; Sr. Joaquim Francisco Neto, delegado assistente da Polícia Civil de Minas Gerais, representando o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais.

Meus irmãos maçons presentes, demais irmãos espalhados por todos os rincões desta nossa Minas Gerais e do nosso Brasil, comunidade que nos acompanha pela TV Assembleia, minhas senhoras e meus senhores. É com grande satisfação que, na qualidade de secretário-geral adjunto da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil - CMSB -, venho à tribuna da Casa do povo mineiro para agradecer ao deputado Fabiano Tolentino a proposição das homenagens alusivas ao Dia do Maçom e, ao mesmo tempo, para nos posicionarmos em relação aos desafios que nos são impostos a cada momento de nossas vidas, em especial de nossa vida maçônica.

Temos certeza absoluta da singular dedicação, do esforço sobre-humano, do acendrado amor à causa maçônica do irmão deputado estadual Fabiano Tolentino e dos outros deputados irmãos que sempre se esmeraram em propor essas homenagens, que, com o passar dos anos, têm marcado o calendário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em especial o hoje deputado federal Domingos Sávio, que, durante todo o tempo em que esteve nesta Casa, propiciou-nos a condição de estarmos aqui para sermos homenageados como instituição maçônica. Nossa instituição, portanto, queridos irmãos e amigos, grava indelevelmente a mais profunda gratidão a esses irmãos, que têm honrado a condição de maçons, tendo em conta o prodigioso trabalho que desenvolvem em benefício da coletividade, mas, acima de tudo, preservando a ética e a moral nesta e em outras Casas Legislativas.

As comemorações do Dia do Maçom, portanto, meus irmãos, já demonstram efetivamente que o nosso lema é o trabalho pela coletividade, pois enaltecem exatamente a participação efetiva dos maçons no movimento que resultou na Independência do Brasil, quando o nosso querido irmão Joaquim Gonçalves Ledo, então primeiro-vigilante do Grande Oriente Brasílico, em sessão realizada na Loja Maçônica Comércio e Artes, no Rio de Janeiro, proferiu inflamado discurso defendendo a imediata independência da pátria brasileira. Mas nem só de história pode viver a maçonaria. Vivemos no momento presente, e é nossa responsabilidade também fazermos história.

Atualmente, preocupados com quaisquer possibilidades que possam, ainda que de longe, comprometer o Estado Democrático de Direito, conquistado a duras penas durante longos anos em nosso país, não podemos perder de vista que cabe a cada um de nós lutar para que os direitos dos cidadãos sejam preservados. E, a pretexto das eleições que se avizinham, devemo-nos conscientizar que essa,



meus irmãos, será a grande oportunidade para prestarmos efetivamente importante contribuição ao processo democrático brasileiro, elegendo pessoas comprometidas com a preservação de valores morais e éticos na defesa intransigente do patrimônio público e do interesse da nação brasileira. Essa é a orientação que deveremos ter e a orientação que a maçonaria nos passa e apregoa por todos os rincões da nossa pátria. Elegendo pessoas com esse perfil, estaremos preservando a nossa e as futuras gerações. Precisamos colocar nos cargos públicos pessoas que se apresentem como agentes de transformação, capazes de organizar-se por meio de equipes preparadas para os enormes desafios dos estados e do País e que tenham história, experiência, competência, transparência, energia, disposição e coragem para manter e melhorar o que é bom, e mudar com ousadia e inovação aquilo que se tem demonstrado como fator de frustração da tão sofrida sociedade brasileira.

É nessa marcha cívica que estamos empenhados, meus irmãos. A maçonaria não vive entre quatro paredes. Ao contrário, estamos a cada momento nos interagindo com a sociedade, buscando soluções capazes de minimizar as situações aflitivas por que passam os cidadãos.

Com a sua capilaridade e contando com lideranças e formadores de opinião em todos os rincões do nosso país, podemos afirmar que a maçonaria representa a união de homens livres, inteligentes e virtuosos por laços de estima, confiança e igualdade e por deveres de fraternidade e prática de virtudes, que no momento atual, a pretexto das eleições que se avizinham, se propõe a um trabalho cívico de conscientização para a responsabilidade do cidadão no exercício da democracia. É o momento de propugnarmos pelo voto consciente, aqui já mencionado pelo nosso eminente irmão grande primeiro-vigilante, Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas.

Por voto consciente devemos entender aquele que não se vincula à retribuição por quaisquer pseudobenefícios particulares recebidos de quaisquer candidatos. Voto consciente é exatamente aquele que é direcionado ao prestígio de candidatos que se apresentam com um passado limpo e que se comprometem a trabalhar por uma sociedade melhor, pelo Estado e País mais evoluídos, com programas de desenvolvimento e sustentabilidade voltados ao bem-estar do povo. Mas, acima de tudo, meus irmãos - e esse é o ponto principal -, a extirpação da corrupção em nosso país é a nossa principal meta, eis que essa mazela, aliada à impunidade, tem corroído os alicerces da nossa pátria.

Estamos comprometidos com os programas que preconizam a moralidade e a ética na política e, assim, na Casa do povo, podemos afirmar que esse compromisso se vincula ao grande objetivo da construção de um Brasil maior, melhor e mais igual. Sempre pugnamos pela fraternidade e pela construção de uma sociedade livre, justa e igualitária. Honra, dignidade, liberdade e fraternidade, portanto, fazem parte dos princípios que, desde os tempos mais remotos, norteiam a instituição maçônica em todo o mundo.

A maçonaria mineira tem exortado o seu povo a formar uma grande cruzada de moralidade em prol da ética no comportamento social e no seio político. A maçonaria não pode se calar, meus irmãos, esta é a verdade, e muito menos se omitir diante das situações que se apresentam. É hora de nos lembrarmos de Martin Luther King, que disse: "O que me preocupa não é o grito dos violentos: é o silêncio dos bons".

Estejam certos: não seremos omissos. A maçonaria mineira e a brasileira têm tomado uma posição clara e definida no contexto social e político, ainda que isso possa provocar o descontentamento de poucos que insistem na tese de nosso recolhimento aos arcanos para nos embalsarmos no sono letárgico da inoperância. Muito obrigado.

O presidente - Na oportunidade, lerei a carta da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, que foi entregue a esta Mesa pelo Geraldo Eustáquio. (- Lê:)

"Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil - CMSB. Carta de Belo Horizonte. A Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil - CMSB -, instituição que congrega as Grandes Lojas Maçônicas de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal, reunida na XLIII Assembleia Geral Ordinária, no período de 26 a 30 de julho de 2014, em Belo Horizonte, manifesta-se, contundentemente, no sentido de conclamar os brasileiros, em especial os eleitores, para que, com vistas ao fortalecimento da democracia e para restituir a credibilidade na legítima representação política decorrente do exercício do voto, não vendam o seu voto; não votem em branco nem anulem seu voto; não votem em quem quer comprar seu voto; não elejam políticos antiéticos e de comportamento descomprometido com a moral; não apoiem candidatos oportunistas, interessados em enriquecer-se ilicitamente no exercício de mandatos eletivos; acompanhem e participem ativamente das ações que têm sido empreendidas em favor da decência nas relações sociais; que os futuros mandatários atuem de acordo com os princípios constitucionais da legalidade, probidade e moralidade administrativa e, principalmente, mostrem comprometimento com a solução dos problemas do povo brasileiro; reiterar sua firme disposição de seguir participando das iniciativas destinadas a coibir a impunidade e erradicar a corrupção; cientificar as autoridades constituídas de que as Grandes Lojas Maçônicas Confederadas continuarão adotando posturas junto à sociedade, a fim de esclarecer o verdadeiro significado de cidadania, assumindo o compromisso de exercê-la em sua plenitude, utilizando-se, inclusive, dos meios de comunicação; alertar a sociedade brasileira e os entes estatais constituídos que patrocinará projeto de lei de iniciativa popular com o objetivo primordial de neutralizar a corrupção e erradicar a impunidade; e convidar a população a aderir aos movimentos em curso e aos que virão, visando ao aperfeiçoamento das regras institucionais que legitimam e consolidam o Estado Democrático de Direito." Essa carta está assinada por Leonel Ricardo de Andrade, grão-mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais e presidente da XLIII Assembleia Geral Ordinária da CMSB; e Etevaldo Barcelos Fontenele, secretário-geral da Loja.

Parabéns e muito obrigado, Geraldo. Muito obrigado a todos. Creio que isto é a maçonaria: querer o bem do Brasil e de Minas Gerais.

Palavras do Sr. Amintas de Araújo Xavier

Estimado irmão deputado Fabiano Tolentino, membro da Loja Maçônica Marcius da Anunciação Dias e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, também representando, neste ato, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro; irmão José Humberto Bahia, sereníssimo grão-mestre adjunto do Grande Oriente Minas Gerais; irmão Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, eminente primeiro-vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; irmão Roney Luiz Torres Alves da Silva, advogado-geral do Estado de Minas Gerais e, na maçonaria, ministro do Supremo Tribunal Federal Maçônico, do Grande Oriente do Brasil, neste ato representando S. Exa. o governador do Estado de Minas Gerais, Sr. Alberto Pinto Coelho; estimado irmão



deputado federal Domingos Sávio, membro da Loja Maçônica Vigilantes do Santuário; irmão Joaquim Francisco Neto e Silva, delegado assistente da Polícia Civil de Minas Gerais, grande procurador do Grande Oriente do Brasil, Minas Gerais, neste ato representando o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Sr. Oliveira Santiago Maciel; irmão Adir Moreira, sereníssimo grão-mestre *ad vitam* e secretário-geral adjunto da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil; poderoso irmão Gabriel Campos de Oliveira, deputado da soberana Assembleia Federal Legislativa do Grande Oriente do Brasil; demais autoridades maçônicas; caros irmãos cunhadas, sobrinhas, sobrinhos e amigos da maçonaria, boa noite. A nossa saudação especial vai para os sobrinhos da Ordem DeMolay.

Inicialmente queremos dizer que o Grande Oriente do Brasil em Minas Gerais agradece a esta Casa de leis as homenagens à maçonaria mineira, acolhendo a moção do nosso irmão deputado Fabiano Tolentino. Começamos as nossas palavras pinçando o final do nosso pronunciamento feito em 22/8/2005, quando aqui estivemos pela primeira vez, representando o Grande Oriente do Brasil em Minas Gerais, isto é, há nove anos:

“Aos nossos irmãos, aproveitamos a oportunidade para lembrá-los de que a maçonaria mineira também deve cumprir a sua parte. Todos nós - e aqui incluímos os nossos irmãos que são membros desta Casa Legislativa - temos a responsabilidade do exemplo de conduta, em nossos meios familiar, social, profissional e, acima de tudo, maçônico.

Como líderes em nossas áreas de atuação, como formadores de opinião progressista e evolucionista, temos que prestar a nossa contribuição para o amadurecimento político do nosso país, que, por via de consequência, levar-nos-á ao crescimento econômico e ao tão desejado desenvolvimento social.

Temos, enfim, a responsabilidade de honrar aqueles que nos antecederam na história da maçonaria brasileira e que, comprovadamente, tanto fizeram pela nossa nação, deixando-nos um legado de muitas lutas e inesquecíveis vitórias. Honremos aqueles que, no passado, pugnaram pelo objetivo máximo de nossa instituição: o social”.

Em outra oportunidade, isto é, em 20/8/2009, também desta mesma tribuna, manifestamo-nos da seguinte forma:

“Infelizmente, sempre temos uma crise institucional de plantão, e as apurações acabam em nada, para não usar, aqui, o nome de uma iguaria de nome italiano, bem ao gosto popular, que adjetiva o resultado das apurações desses escândalos. O Grande Oriente do Brasil está engajado na campanha Ficha Limpa, e exortamos todos os maçons do nosso estado para que participem desse movimento, que busca moralizar o processo eleitoral em nosso país.

Vivemos em um país onde só tem acesso às melhores escolas quem pertence a um reduzido grupo de pessoas com excelente poder aquisitivo. Assim, com poucas exceções, só consegue acesso às universidades federais esse reduzido bloco de privilegiados. Não se concebe o desenvolvimento de um país onde não sejam priorizados projetos para avanço técnico, científico, cultural, etc.

Mas, perguntamos, até quando vamos ficar nos discursos de protestos e manifestarmos nossa indignação apenas através de uma retórica surrada, que, sabemos, não surtiu, nem surtirá o efeito que desejamos? Por mais persuasiva e coerente que seja a retórica, jamais alcançaremos nossos objetivos, se não passarmos do discurso à ação.

Qual ação que nos cabe, como maçons? Agirmos como formadores de opinião, buscando o melhor para o social. Entretanto, tal qual a retórica, a ação também não nos trará nenhum resultado se não agirmos no nosso meio profissional, social, familiar e outros, com a coerência dos exemplos que a sociedade espera de nós. Pensamos, dentro da nossa humilde ótica, que esse é um dos caminhos. Há outros? Com certeza, eles existem, mas todos pedem só uma coisa: ação.

Deixamos, nesta oportunidade, a todos os presentes, sejam maçons, cunhadas, sobrinhas, sobrinhos e até aqueles que, mesmo não tendo nenhum vínculo com a maçonaria, mas igualmente almejam o progresso de nosso país, uma pergunta, para nossa reflexão: vamos agir?”.

O discurso de hoje talvez tenha sido o mais fácil que redigimos. Afinal, o que mais usamos foram as teclas “Ctrl-c” e “Ctrl-v”, isto é, repetimos nossas manifestações ditas anteriormente. Entretanto, por outro lado, não tem sido nada fácil para nós conviver com a cruel realidade da inércia da maioria, que comodamente se instala no palanque daqueles que criticam os poucos que têm a coragem de agir, com a esperança de mudarmos esse cenário que nos tem trazido tanta apreensão, tanta tristeza e tanta vergonha. A palavra de ordem, principalmente para nós, maçons, é: vamos agir! Uma boa-noite a todos e muito obrigado.

Palavras do Deputado Federal Domingos Sávio

Boa noite a todos os meus irmãos, aos presentes, a minhas cunhadas, aos sobrinhos e aos telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia. Em especial, cumprimento o deputado Fabiano Tolentino, meu irmão, que, além de autor deste requerimento, também representa o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia. É uma alegria, Fabiano, ter você dando sequência a esse trabalho de que, por tantos anos, tive a honra de ter a iniciativa. Cumprimento os Exmos. Srs. Roney Luiz Torres Alves da Silva, advogado-geral do Estado de Minas Gerais, representando S. Exa. o governador do Estado de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho; Amintas de Araújo Xavier, meu líder, meu mestre, meu irmão, eminente grão-mestre do Grande Oriente do Brasil Minas Gerais; José Humberto Bahia, sereníssimo grão-mestre adjunto do Grande Oriente Minas Gerais; Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, nosso querido Tataco, eminente primeiro-vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Janir Adir Moreira, sereníssimo grão-mestre *ad vitam* e secretário-geral adjunto da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil; deputado federal Gabriel Campos de Oliveira, prezado irmão, coordenador líder da bancada federal da Assembleia Maçônica do Grande Oriente do Brasil; e Joaquim Francisco Neto, delegado assistente da Polícia Civil de Minas Gerais, representando o chefe da PCMG, Oliveira Santiago Maciel.

Meus irmãos, primeiro falo da alegria de estar nesta Casa, que por tantos anos frequentei, que foi uma escola de vida e de aprendizado democrático. Alegria de estar novamente participando de uma solenidade que deve ser perpetuada, simbólica, como é nossa ordem, mas, acima de tudo, com fundamentos, com princípios. Aqui, é a Casa do povo mineiro; aqui, é o berço da democracia. Esses são fundamentos da ordem maçônica universal.

Algumas tradições precisam ser mantidas, especialmente em tempos que, de maneira sorrateira, valores éticos, valores morais já se mostram sendo corroídos. É preciso que estejamos vigilantes, atentos e que possamos partir para a ação como nos indica o nosso sereníssimo grão-mestre Amintas. É preciso ação, é preciso exemplo, é preciso atitude, é preciso compromisso. Mais do que nunca, os



tempos exigem isso. A história da maçonaria, ao longos dos séculos, já foi aqui mencionada, mas o dia a dia da maçonaria também se faz em gestos, em atos de solidariedade, de respeito e de preocupações com os princípios morais e éticos da família, essa célula que, com frequência, vem sendo corroída e desrespeitada. Como lembrado, nos grandes momentos da história, não faltou a presença maçônica.

Nosso irmão Bahia iniciou esta sessão solene relembando isso. Na Inconfidência Mineira, o alferes Tiradentes e tantos outros foram bravos maçons que se levantaram contra a atitude tirânica, contra a derrama. Mas hoje assistimos, pasmos, situações até mais absurdas do que essa, em que a sociedade se vê refém de governos que pouco se sensibilizam ao sacrificar aqueles que querem produzir, trabalhar e transformar com uma carga tributária escorchante. Quando a escravidão campeava no Brasil, em países da América do Norte e em tantos outros países que hoje se glorificam da liberdade, a maçonaria se levantou para dizer que era inadmissível irmão escravizar irmão. Mas não há ainda hoje tanta gente sendo escravizada pela droga, pelo tráfico e pela indiferença de muitos que entendem que saúde e educação, aqui lembrada pelo Amintas, como direitos de todos são apenas uma letra na Constituição?

Quando a maçonaria se levantou para liderar a Revolução Francesa com os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, pilares essenciais da democracia, o mundo compreendeu a missão que aqueles bravos irmãos ombrearam. Mas, e hoje? Estaríamos nós absolutamente livres dos tiranos? Não seria ainda a humanidade sujeita àqueles que, sob o pretexto fácil de ações populistas e demagógicas, usando a repetição de propaganda oficial, tentam pregar a ideia de que querem um país para todos e governam para todos, quando a cada dia querem, sorrateiramente, impor práticas autoritárias e autocráticas? Não teríamos de estar atentos ao risco de passarmos a ser governados por decretos que usurpam do Poder Legislativo a sua autonomia e tentam transferir a conselhos nomeados de maneira autocrática pelo Executivo o poder de decidir sobre políticas públicas no País? Estaríamos, sim, podendo dormir tranquilos de que a nossa democracia e os nossos valores libertários, morais e éticos estão bem guardados? Ou estaríamos no momento de chamar por cada irmão para que venha à luta com atitudes e exemplos, como lembrou o nosso irmão Amintas? E o erário público? E a atitude dos déspotas que se apropriam do que é de todos por meio do processo da corrupção que está se banalizando?

Não é possível aceitarmos tudo isso de maneira passiva. Sinto-me absolutamente seguro, irmão Amintas, para me dirigir a vocês e a todos os mineiros que nos acompanham, porque os valores e princípios morais e éticos da maçonaria, com a qual tenho o privilégio de conviver de maneira fraterna, norteiam a minha atitude. Lembrando que fico feliz em estar aqui ao lado do advogado-geral do Estado de Minas Gerais, profundo conhecedor de toda a estrutura jurídica do nosso Estado, quero dizer que, quando cheguei a esta Casa como deputado, senti-me diante disto: como pode um maçom, como pode alguém livre, de bons costumes, olhar nos olhos de cada mineiro e dizer que quer lutar contra a corrupção e trabalhar por igualdade, fraternidade e princípios libertários, se não tomar uma atitude? Então, tomamos atitudes: desde a luta objetiva com relação ao que se deve fazer no exemplo pessoal.

Não falo para me gabar, mas é uma luta que sei que esse jovem, Fabiano Tolentino, também abraça: a de agir com transparência.

Logo no primeiro ano aqui, assim como fiz na Câmara Federal, entreguei ao Ministério Público do Estado, ao procurador-geral de Justiça do Estado, a minha declaração de que, enquanto vida pública exercer, o meu sigilo fiscal e patrimonial estarão permanentemente abertos ao Ministério Público, sem que tenha de solicitar qualquer autorização judicial para tal. Já está autorizado, assinado, protocolado e registrado. Eleito deputado federal, entreguei essa declaração ao procurador-geral da República. Sendo substituído agora o Alberto Gurgel pelo Dr. Janot, entreguei essa declaração em mãos. É bravata? Não, é atitude.

Deputado Fabiano Tolentino, entendo que, morando em Divinópolis, faz um esforço enorme de voltar diariamente a essa cidade. Também abriu mão do auxílio-moradia, brigou pela retirada de adicionais de 14º salário e 15º salário. Levamos a mesma bandeira à Câmara Federal, e lá se retirou qualquer tipo de benefício que a sociedade não aceita e que deve ser repudiada.

Atitude! É isso que nós, maçons, temos de ter. Mas no dia a dia do Congresso Nacional, no dia a dia da Assembleia, além de lutar para aprovar questões de interesse do povo mineiro e do povo brasileiro, é preciso estar vigilante, Fabiano Tolentino, e sabemos o quanto isso é importante. Os irmãos que aqui estão também sabem que devemos estar atentos contra iniciativas que querem destruir os valores éticos e morais da família, os princípios cristãos, mas querem corroer essa democracia ainda engatinhando, ainda jovem, que estamos construindo no Brasil.

Não se pode pensar em uma democracia quando os princípios que a sociedade considera como valores essenciais são destruídos. A lei deriva da moral. A lei não é a concepção de alguns iluminados que estudaram um pouco mais e vão impor regras aos demais membros da sociedade. A lei deve derivar dos costumes, dos valores éticos, dos valores morais, e deve ser preservada quanto a isso. É assustador como podem apresentar propostas à Câmara Federal que queiram retirar da Constituição brasileira o conceito de família, de pai, de mãe.

Prezo e respeito a liberdade de escolha, seja sexual, religiosa ou política, de todo cidadão. É princípio essencial da maçonaria respeitar a liberdade de escolha. Mas não posso aceitar que, sob o pretexto de liberdade de escolha, queiram educar ou estimular as nossas crianças ao homossexualismo ou a qualquer conceito que desrespeite o princípio de organização da família, outro valor essencial para a maçonaria. Não posso aceitar que os princípios essenciais da democracia sejam destruídos pela atitude de alguém que temporariamente ocupe o governo, e que quer rasgar princípios da Carta Magna, usurpando poderes do Legislativo e quebrando esse princípio essencial do estado de direito, que é a independência entre os poderes.

Perdoem-me se me alonguei, mas uma sessão solene em homenagem à maçonaria, para mim, associa-se, de maneira clara, a uma sessão solene de tributo aos valores éticos e morais da Pátria. Para mim, a maçonaria só se justifica como uma organização de homens livres que têm compromisso permanente com a pátria, com a família e com a busca da verdade.

Portanto, uma oportunidade como esta não é apenas de homenagear os irmãos, mas também de elevar templos da virtude e a nossa voz para louvar e ratificar o nosso compromisso com esses valores, para que, a exemplo do que disse o nosso irmão Bahia, não nos confundam aqueles que pensam que a maçonaria é uma ordem secreta. Eles se equivocam, pois ela é uma ordem discreta, que não se arvora a exhibir os seus feitos ou a buscar o reconhecimento individual desse ou daquele. Ela é uma ordem que busca, sim,



permanentemente interagir com o nosso povo e com a nossa pátria na defesa de valores essenciais, para que a nossa sociedade possa prosperar.

Por isso, a cada ano, me orgulho de voltar aqui e de dizer, de maneira clara, que tenho muita alegria em poder tratá-los como irmãos. Tenho muita honra em procurar representar os valores que compartilho com cada um dos senhores. Tenho um zelo e até um apelo a cada um de vocês para que me mantenham na direção da luz e firme nos princípios da ordem maçônica, pois a nós é reservada uma missão, como é a todo homem livre e de bom costume, de zelar pela liberdade, pela igualdade, pela fraternidade e pelos bons princípios e bons valores morais e éticos que devem orientar uma sociedade justa e perfeita. Isso é o que queremos não apenas para os maçons, mas para toda a humanidade.

E o Brasil, que amamos tanto, e Minas Gerais, da qual nos orgulhamos tanto, precisam, mais do que nunca, como disse o nosso sereníssimo grão-mestre, da atitude de cada um de nós, pois estamos sob graves riscos, e não há como nos acomodar. O que campeia por aí de corrupção, de droga e de desrespeito aos valores morais não pode deixar nenhum maçom livre e de bom costume acomodado diante desse cenário.

A atitude do jovem irmão Fabiano Tolentino de prestar esta homenagem é a de quem quer gritar aos quatro cantos de Minas Gerais que é possível aliar a ética à política e os princípios e valores morais à atividade pública. Deputado Fabiano Tolentino, V. Exa. faz isso muito bem. Conheço-o desde criança e conheço a sua atitude como homem público e o seu trabalho como deputado estadual, que é exemplar não apenas no Centro-Oeste mineiro, onde convivemos em nossa querida Divinópolis, mas também em toda Minas Gerais. Parabéns pela iniciativa.

Agradeço a todos os irmãos que vieram e que nos acompanharam e acompanham pela TV Assembleia. Muito obrigado.

O locutor - Com a palavra, o deputado Fabiano Tolentino, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Boa noite a todos, aos meus irmãos, às minhas cunhadas e aos meus sobrinhos da Ordem DeMolay. É um prazer estar aqui. Depois de ouvir palavras tão sábias, é difícil proferir tão boas palavras como as proferidas pelos que me antecederam. Vamos lá, pois hoje é um dia de festa da ordem maçônica do Brasil. É muito importante estarmos aqui na Assembleia Legislativa, na Casa do povo mineiro, para festejar hoje, dia 21, o dia 20, e para escutar tão belas palavras proferidas nesta grande festa. Creio que hoje todos nós tivemos aulas de diversos valores éticos, políticos e democráticos. Isso brinda a nossa festa e o dia de hoje.

Gostaria de cumprimentar, com imensa satisfação, o Exmo. Sr. Roney Luiz Torres Alves da Silva, advogado-geral do Estado de Minas Gerais, neste ato representando o Sr. Alberto Pinto Coelho, governador de Minas Gerais, que já foi nosso presidente na época em que Domingos Sávio era deputado estadual; Sr. Amintas de Araújo Xavier, eminente grão-mestre do Grande Oriente do Brasil Minas Gerais, por quem temos grande estima. Muito obrigado por sua presença. O Amintas esteve conosco em todas as nossas comemorações do Dia do Maçom na Assembleia; Sr. José Humberto Bahia, sereníssimo grão-mestre adjunto do Grande Oriente Minas Gerais; Sr. Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, eminente primeiro-vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, o Tataco, amigo do meu pai. Os dois já trabalharam juntos em Curvelo, na época da adolescência, por isso essa proximidade também familiar com ele; Sr. Janir Adir Moreira, sereníssimo grão-mestre *ad vitam* e secretário-geral adjunto da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, essa bandeira da ordem maçônica, uma bandeira moral que também nos brinda hoje com a sua chegada até a Assembleia Legislativa e que em todos os momentos esteve presente, assim como o Tataco, o Bahia, o Janir; o deputado federal Gabriel Campos de Oliveira, coordenador líder da bancada federal da Assembleia Maçônica do Grande Oriente do Brasil, que aqui também representa as cinco lojas de Divinópolis juntamente com o meu irmão Altair. Por esse motivo Divinópolis se sente envaidecido de estar participando também, com o Gabriel e o Altair e através das cinco lojas que nos representam dentro da nossa cidade de Divinópolis; o deputado federal Domingos Sávio, companheiro.

Desde novos temos uma ligação muito grande, porque também sou do meio rural. O deputado Domingos Sávio é veterinário e eu sou juiz da raça Campolina de cavalo. Então sempre estivemos juntos em tantos eventos e hoje estamos juntos também nesse trabalho político, trabalho moderno da política diferente que tentamos empregar e que aqui hoje deu uma aula primeiramente de sabedoria, uma aula de ações a serem feitas por um Brasil melhor. O deputado realmente é um espelho para seguirmos na forma de trabalho, na transparência dos seus atos. Parabéns por tudo. Ele representa a nossa região Centro-Oeste, a nossa cidade de Divinópolis e toda Minas Gerais; Sr. Joaquim Francisco Neto, delegado assistente da Polícia Civil de Minas Gerais, representando o chefe da PCMG, Oliveira Santiago Maciel. Muito obrigado pela presença.

Meus irmãos, acho que a palavra que mais escutamos hoje foi realmente política. Estamos na maçonaria e na política e, às vezes, alguns irmãos podem perguntar: “Mas política e maçonaria? Não tem algo diferente nisso?”. Acho que não. A maçonaria por si só deveria estar até muito mais junto da política. Temos uma força muito grande pelas nossas ramificações, para ajudar os entes políticos que querem fazer o bem pelo Brasil, o bem por Minas Gerais. Assim, é o momento de conversarmos o que aqui foi dito: de não desperdiçarmos o nosso voto, de votar bem, de não votarmos em branco, porque, se assim fizermos, independentemente de qualquer situação, nesta Casa estarão 77 deputados. Se nós, da maçonaria, não escolhermos bem e se a população que nos assiste pela TV Assembleia não escolher bem, aqui estarão 77 deputados. Queiram ou não, os 77 vão nos representar e aí serão representados por aqueles que realmente não gostam da política, que não estão nem aí para a política, que não querem votar. Mas aqui estarão os 77 deputados.

Por isso temos de ter, neste momento em que se aproxima a campanha eleitoral, sensibilidade em nosso voto. O voto para nós é um direito dos mais belos que temos. É escolher nossos representantes para a Assembleia Legislativa, para o Congresso Nacional, para o Senado, para a presidência da República, para o governo de Minas Gerais. Agora, nós, políticos, estamos realmente em um momento muito desacreditado. O que vemos na mídia são maus exemplos. Dificilmente uma mídia coloca um bom exemplo da política. Mas os maus exemplos existem, eles são muito mostrados e acabam colocando um todo ruim, como se todos os políticos fossem ruins, como se ninguém prestasse no mundo da política. Na verdade, há boas pessoas e temos de ter mais.



Aqui cheguei com 26 novos nomes dispostos a fazer melhor por Minas Gerais. Vamos entender que 13 fizeram bom trabalho e que vão continuar. Se chegarem mais 26, seremos 50% desta Assembleia. Para refletirmos, vejam a velocidade em que a política muda. Terça-feira tínhamos um quadro político. Infelizmente, com a morte do nosso candidato à presidente, Eduardo Campos, olha como mudou o quadro. A política muda muito rápido. Tudo é muito rápido na política e aqui nesta Casa também é assim. Com quatro anos teremos praticamente 50% de mudança na Assembleia Legislativa. Por isso acredito na mudança, em bons atos, em bons princípios, em costumes. Assim temos de fazer.

Deste primeiro mandato vou citar três bons exemplos, dois já iniciados pelo deputado Domingos Sávio. Tive o prazer de estar à frente dos três. Primeiro, o 14º e o 15º salários. Os deputados desta Casa, além do 13º, ganhavam o 14º e o 15º salários, dois salários a mais anualmente. Entendi que isso não era um ato que a sociedade tivesse como um ato perfeito, apesar de ter juridicidade, de ser juridicamente correto. Mas ele era moralmente correto? A população aceitava essa situação? Então, por meio de um ofício direcionado ao presidente desta Casa, deputado Dinis Pinheiro, abri mão desses pagamentos dizendo que não os receberia. Mais 5 deputados me acompanharam. Então, eram 6 deputados em 77, e conseguimos que o presidente da Casa entrasse com um projeto de lei da Mesa. Assim, conseguimos extinguir o pagamento para os 77 deputados, com votação nesta Casa.

A Assembleia de Minas, através de um ato, conseguiu, com o deputado Domingos Sávio, no Congresso e no Senado, derrubar nas três esferas a medida. Tudo isso foi iniciado aqui em Minas Gerais por uma pessoa que no momento achou que aquilo não era certo. Vocês podem ver como um ato muda uma realidade que há 30 anos estava aí. Acreditem, houve deputado que foi me xingar. É óbvio, mexeu no bolso, é difícil. Alguns falaram que isso é muito complicado. Perguntaram-me por que estava fazendo aquilo, já que era um direito adquirido. Mas temos de fazer o certo, a sociedade quer ver atos que têm tudo a ver com nossa ordem, com nossos princípios maçônicos. Precisamos fazer o que é justo. O que é justo tem de ser feito, independentemente das dificuldades que há para se fazerem alguns atos. Mas é preciso ter coragem, porque não é fácil.

Segundo ato levantado pelo deputado Domingos Sávio: auxílio-moradia. Moro em Divinópolis, logo poderia receber auxílio-moradia, mas estou indo e voltando todos os dias, então não é justo receber um valor que não estou gastando. Mesma coisa, abri mão. Automaticamente, levantou-se uma discussão na Casa: e os deputados que moram em Belo Horizonte, é justo receberem? Não é justo. Os deputados que moram em Belo Horizonte não podem recebê-lo, pois moram aqui. As coisas têm de ser de acordo com o que é certo, é o que a lei preconiza. Então, conseguimos cortá-lo para os deputados de Belo Horizonte. E foram feitos dois atos bons.

Às vezes costumamos falar que a política não muda, que é difícil mudar alguma coisa na política, que um sozinho não vai fazer nada, que uma andorinha sozinha não faz verão. Faz. Foram dois atos que representam uma mudança de comportamento, uma mudança de princípio, uma mudança ética na política.

O terceiro ato está muito relacionado a este painel que vocês estão vendo, que é o voto. Antigamente, em alguns projetos na Assembleia Legislativa o voto não era aberto, ficava somente um “v” atestando que se votou, não mostrava se votou “sim” ou “não”. Em quais exemplos? Num veto de governador, numa cassação de deputado. No Congresso, o deputado Domingos Sávio participou, e vimos muito bem o exemplo disso na íntegra: o deputado Donadon, quando o voto era fechado, não foi cassado; quando abriram o voto, foi cassado com ampla maioria de votação porque o voto está ali, é expresso. Dessa maneira, a população sabe como estamos votando, nosso eleitor vai saber como é nossa forma de voto. Por isso é importante. É transparência nos atos públicos.

A Assembleia está de parabéns, o deputado Dinis Pinheiro está de parabéns pelos três atos muito importantes para esta Casa que mudam o norte da política de Minas Gerais. Passamos a ser vanguarda em todo o Brasil, iniciando nova corrente de uma Minas melhor, de uma política melhor e mais acreditada pela população.

E agora, nesta Casa o voto é aberto. Em nenhum projeto, do mais simples ao mais complexo, o voto aparece oculto. Sempre aparecerá a forma como o deputado votou. E há momentos em que é difícil, porque há projetos polêmicos, em que há duas partes disputando algumas situações. A lei tem de ser equilibrada, então cabe a nós emendarmos em algumas situações o projeto de lei, melhorá-lo, discuti-lo, para alcançar o equilíbrio. Porém, há alguns momentos em que a coisa é mais difícil, mais complicada, mas temos de ter coerência no nosso voto. Mas o voto tem de estar lá, o eleitor tem de saber de que forma votamos. Portanto, são três exemplos que mudam significativamente a política de Minas Gerais e que levamos como bandeira para o Brasil, através das ações feitas por esta Casa.

Outra ação em que acho que a Assembleia deveria ombrear e abraçar com bastante força é a temática do voto distrital. O voto distrital para nós, da política, representa muito, representa uma presença nossa na cidade. Fazer campanha em Minas Gerais é muito difícil, é muito caro. Portanto, temos de tentar de tudo, porque o projeto de lei, se aprovado, determinando a mudança do nosso código eleitoral, seja por distrito, seja por regiões, facilitará nosso trabalho, vamos ficar mais presentes na cidade. Vamos saber mais o que a cidade está precisando porque estaremos lá, andando com a população, vendo quais são os desafios. Numa Minas Gerais inteira, é difícil sair da região Centro-Oeste e ver o que estão precisando nossos irmãos do Norte, os nossos irmãos do Sul.

É mais complicado fazer uma política de Minas inteira, mas, quando estamos numa região, isso facilita porque estamos presentes no dia a dia da população. Por isso é que brigo e acho que o mais certo é o voto distrital, o voto por região. Porque ele facilita muito para a política e diminui muito o custo de uma campanha e o custo geral de um mandato, e nos coloca mais presentes e facilita estarmos toda hora na cidade. Então é um princípio que acho que a ordem maçônica deveria levar também como uma grande bandeira de mudança no cenário político: o voto regional, o voto distrital. Vamos pensar nisso, meus irmãos. Aí mudamos significativamente a política do Brasil, principalmente a política de Minas Gerais.

E, estando distrital, dou um exemplo: R\$30.000.000,00 de recursos já levamos para a região Centro-Oeste. E ali atendemos todas as situações: entidades, esporte, educação, lazer da cidade, porque estamos na região, sabemos o que é necessário, somos o elo do governo de Minas Gerais para com os prefeitos, para com as cidades. Acho que isso é importante. Porque cabe a nós, deputados, saber o que é necessário, e que o governo atue por meio do nosso orçamento. Quando sabemos com melhor consciência o que é necessário na cidade, melhor empregamos e ajudamos a ser empregado o dinheiro do governo. Por isso é necessário que estejamos presentes em toda a região.



Finalizando, quero dizer que é uma honra ter os irmãos na noite de hoje, esta noite de festa. Acredito, sim, numa política moderna, numa política de novas ações, novos fatos, que justifique estarmos aqui. Porque não é fácil carregarmos hoje o fardo de ser político. Ser político hoje é pejorativo. Somos rotulados, sim, do ruim, daquele que trabalha pouco e ganha muito. Então temos que ter bons hábitos e mudar, para que a população e o mundo profano possa ver, num futuro bem próximo, o político com outros olhos. A política do bem e uma política que a ordem preconiza. Muito obrigado a todos. Boa noite. É sempre um prazer recebê-los aqui.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a apreciar o talento da Bombeiro Instrumental Orquestra Show - Bios -, que, sob a regência do 1º-Sgt. Amauri Pereira de Paula, apresentará as músicas *Your latest trick*, de Mark Knopfler, e *Smooth*, de Itaal Shur e Rob Thomas.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - Maravilhosa a apresentação musical. Parabéns! Sou filho de musicista, minha mãe é professora de música e pianista. Portanto, sabemos como é gostoso ter a música como essência nos nossos lares. Parabéns a todos!

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de amanhã, dia 22, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/8/2014

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Rômulo Viegas opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.272/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 15.910, de 21 de dezembro de 2005. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia



mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.078/2012, do governador do Estado, que dispõe sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Assuntos Municipais, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.672/2013, do Tribunal de Contas, que altera a Lei nº 19.572/2011, que dispõe sobre a estrutura de cargos de direção, chefia e assessoramento do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 26/8/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 8.638/2014, do deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/8/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.320/2014, do deputado Paulo Lamac.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.397/2012, do deputado Anselmo José Domingos; 4.589/2013, do deputado Luiz Henrique; 4.820/2013, do deputado Bráulio Braz; 4.859/2014, do deputado Leonardo Moreira; 4.999/2014, do deputado Romel Anízio; 5.014 e 5.016/2014, do deputado Duarte Bechir; 5.291/2014, do deputado Leonardo Moreira; 5.308/2014, do deputado Inácio Franco; 5.322/2014, do governador do Estado; 5.330/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; 5.332/2014, do deputado Alencar da Silveira Jr.; e 5.334/2014, do deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 711/2011, do deputado Doutor Viana; 4.405/2013, do deputado Gustavo Valadares; 4.991/2014, do deputado Dinis Pinheiro; 5.223/2014, do deputado Gil Pereira; 5.285/2014, do deputado Adelmo Carneiro Leão; 5.305/2014, do deputado Neilando Pimenta; 5.306/2014, do deputado Ulysses Gomes; 5.307/2014, do deputado Gustavo Perrella; 5.315 e 5.316/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.329/2014, do deputado Célio Moreira; 5.335/2014, do deputado Dinis Pinheiro; 5.337/2014, do deputado Wander Borges; 5.338/2014, do deputado Paulo Lamac; 5.342 e 5.343/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.344/2014, do deputado Inácio Franco; 5.356/2014, do deputado Tadeu Martins Leite; 5.362/2014, do deputado João Leite; 5.371, 5.372 e 5.375/2014, do deputado Ivair Nogueira; 5.377 e 5.380/2014, do deputado Pompílio Canavez; 5.382/2014, do deputado Gustavo Valadares; 5.389/2014, do deputado Cabo Júlio; 5.390 e 5.391/2014, do deputado Tenente Lúcio; 5.392 e 5.393/2014, do deputado Carlos Pimenta; 5.394/2014, do deputado Gustavo Valadares; 5.395/2014, do deputado Tenente Lúcio; 5.396/2014, do deputado Zé Maia; 5.397/2014, do deputado João Vítor Xavier; e 5.398 e 5.399/2014, do deputado Bosco.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 26/8/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 26/8/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/8/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 8.631/2014, da deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/8/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 8.632/2014, da deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/8/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 8.571/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; 8.579/2014, do deputado Duarte Bechir; 8.609/2014, do deputado Rômulo Veneroso.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 26/8/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 8.545, 8.546 e 8.547/2014, do deputado Ivair Nogueira; 8.574/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.575 e 8.576/2014, do deputado Tony Carlos; 8.577/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.583 a 8.590/2014, do deputado Tony Carlos; e 8.617/2014, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 26/8/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/8/2014, às 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o turno único do Projeto de Lei nº 5.327/2014, do governador Alberto Pinto Coelho Júnior e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2014.

Zé Maia, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as deputadas Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e os deputados Adalclever Lopes, Almir Paraca, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Bosco, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Celinho do Sinttrocel, Célio Moreira, Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Durval Ângelo, Elismar Prado, Fabiano Tolentino, Fred Costa, Gustavo Corrêa, Gustavo Perrella, Hely Tarquínio, João Leite, João Vítor Xavier, Marques Abreu, Paulo Lamac, Pompílio Canavez, Romel Anízio, Sávio Souza Cruz, Sebastião Costa, Tadeu Martins Leite, Tenente Lúcio, Tiago Ulisses, Ulysses Gomes e Zé Maia, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 26/8/2014, às 20h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o turno único do Projeto de Lei nº 5.327/2014, do governador Alberto Pinto Coelho Júnior e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2014.

Zé Maia, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos proferidos em 19/8/2014**

O presidente - Com a palavra o deputado Gustavo Valadares. Na sua ausência, com a palavra o deputado Lafayette de Andrada. Na sua ausência, com a palavra o deputado Ulysses Gomes Guimarães. Ele já está ali. Por gentileza, com a palavra o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes* – Sr. Presidente, é G de Gomes, não de Guimarães, mas obrigado pela lembrança e pela comparação. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e todos os que nos acompanham pela TV Assembleia, queria desejar uma boa tarde a todos. Especialmente neste momento, quero cumprimentar todos os companheiros da nossa bancada do PT, do nosso bloco Minas Sem Censura, composto pelo nosso partido, o PT, o PMDB e o PRB, agradecendo a oportunidade e a confiança.

Estamos no início do segundo semestre, iniciando um trabalho em que o bloco, ao longo desses três anos e meio, com o compromisso que teve e tem com a população de Minas Gerais, vem denunciando, se opondo e propondo ações de defesa de todos os segmentos do Estado na área da educação, da saúde e da segurança pública.

E quero aqui, no reconhecimento desse trabalho coletivo - liderado nos primeiros anos pelo deputado Rogério Correia, logo em seguida pelo deputado Paulo Guedes, agora pelo deputado Pompílio Canavez –, agradecer a todos os nossos deputados a oportunidade de, no início deste semestre, poder, como líder do bloco, dar continuidade a esse belíssimo trabalho. Como eu disse, um trabalho coletivo, um trabalho das bancadas do PRB, do PCdoB, que já compôs o nosso bloco, do PT e do PMDB. Quero falar da minha grande satisfação, da minha grande alegria, sobretudo do grande compromisso que quero reafirmar junto ao bloco, de poder, à frente da sua liderança, dar continuidade a esse trabalho aguerrido de defesa dos interesses da nossa população, do nosso povo de Minas Gerais.

Ao longo desses anos, tivemos na ação coletiva do bloco muita presença, muita articulação e diálogo com os movimentos sociais, com os sindicatos, com as categorias, sobretudo diante dos projetos aqui colocados na defesa do povo de Minas Gerais. Não foi uma nem duas, mas dezenas de vezes nesta tribuna e nas articulações na Casa que os deputados da nossa bancada fizeram jus à confiança dos mineiros na defesa da classe trabalhadora dos nossos professores, dos nossos educadores, dos nossos profissionais da área da educação.

Minas Gerais, infelizmente, ao longo dos últimos 10 anos, não teve oportunidade de ter um governo que pudesse acreditar, que pudesse investir, que pudesse valorizar a educação no Estado. Não é à toa que o próprio Tribunal de Contas e os números do governo do Estado mostram que ao longo de 10 anos Minas Gerais não cumpriu com o investimento mínimo de 25% na educação, conforme prevê a Constituição Federal.



Às vezes o cidadão que nos acompanha, seja pela TV Assembleia, seja pelo *site* ou em diversas ações que a Assembleia faz em sua cidade, com cada deputado e deputada presentes nos municípios, não tem oportunidade de compreender o que significam na prática esses 25% que o Estado tem obrigação de investir em educação, mas, se compararmos, não tenho dúvida de que não há um cidadão, em qualquer canto do Estado ou em qualquer casa em que batermos para conversar, que não possa comprovar na prática o que falamos. Se você, cidadão que está nos acompanhando, perguntar a um amigo, um professor, um aluno, a alguém que trabalhe na educação no Estado, poderá comprovar. Aí não será um discurso meramente político, será a prova real do que estamos falando. Se visitarmos uma escola estadual, veremos na grande maioria delas o sucateamento, a falta de investimento, a falta de prioridade. E isso pode ser comprovado na estrutura da escola, na falta de equipamentos, na falta de ações diferenciadas para os nossos alunos. Se perguntarmos ao professor, veremos que até hoje, há quase 1.400 dias, Minas Gerais não paga o piso nacional salarial.

Portanto, deixamos de fazer uma mera disputa política, deixamos de fazer uma mera comparação de números, mas vemos na prática a falta desse investimento.

Vamos comparar a questão da saúde. Nos últimos seis, oito meses o governo do Estado não não tem honrado com sua responsabilidade de enviar os medicamentos aos postos de saúde, e, quando o cidadão chega, lá está faltando medicamento. Arrisco dizer que ou o cidadão reclama do governo federal ou, na sua absoluta maioria, sai xingando o prefeito do município. O posto de saúde funciona na cidade, então qual é a lógica? Na prática, o cidadão não quer saber se a responsabilidade é do presidente da República, do governador ou do prefeito, ele quer, com legítimo direito, que o serviço público seja bem prestado, seja de qualidade e que, na hora que necessite desse serviço, esteja na sua porta. No entanto, é impossível, não tem como não dizermos de quem é a responsabilidade em cada caso. Nesse caso, o cidadão que vai ao posto de saúde naturalmente faz essa avaliação imediata e cobra do prefeito, ou talvez, como se diz em algumas situações, ele chuta o balde e reclama de forma geral.

Mas ele não consegue, nesse caso específico, ver de quem é a responsabilidade da real situação. Temos visto prefeitos de muitos municípios passando por dificuldades porque o Estado também não tem cumprido com sua responsabilidade mínima de investir o que está previsto na Constituição, ou seja, investir 12% na saúde. Qual a consequência de o Estado não cumprir com o mínimo de sua responsabilidade? É óbvio, faltam estrutura e investimentos nos hospitais, faltam medicamentos nos postos de saúde. Na prática, isso pode ser comprovado ao conversarmos com o cidadão. É possível ir a um posto de saúde e comprovarmos essa falta.

Todo o nosso bloco, ao longo desses anos, tem aqui cobrado o mínimo de investimento porque temos a certeza e a garantia de que, se o governo de Minas, ao longo de 12 anos, tivesse minimamente cumprido sua obrigação, sem dúvida teríamos no Minas educação, saúde e, na mesma lógica, segurança pública com mais investimentos e qualidade.

Não temos oportunidade de voltar ao passado, mas os números nos dão condições de comprovar que em Minas, ainda quando do encerramento do governo do ex-governador Itamar Franco, há quase 13 anos, tínhamos quase 10 mil policiais a mais que temos hoje. O Estado, ao longo de todos esses anos, mudou, cresceu e aumentou a população. Precisariamos não apenas de mais investimentos e apoio na segurança pública, mas também de mais efetivo na polícia. Todavia, o que hoje vemos é que, ao longo desses 12 anos, diminuímos nosso efetivo.

Não tenho dúvida de que, ao longo desses três anos e meio, o trabalho que nosso bloco de oposição, o Bloco Minas sem Censura, fez foi alertar, denunciar, mostrar à população de Minas Gerais o caos no qual vivemos hoje no que se refere à educação, à saúde e à segurança pública. Não é à toa que o clima e o sentimento de insegurança da população vêm num crescendo, e vêm aumentando porque a crescente falta de investimentos do governo do Estado provoca não só a sensação, mas a real situação de insegurança hoje em Minas Gerais.

Concedo, neste momento, aparte ao nosso companheiro, agora nosso vice-líder do bloco de oposição, deputado Pompílio Canavez.

O deputado Pompílio Canavez (em aparte) – Ulisses Guimarães, ou melhor, deputado Ulysses Gomes - o deputado Dinis Pinheiro o chamou hoje de Ulisses Guimarães -, que também tem envergadura como a de um líder como Ulisses Guimarães, quero parabenizá-lo como nosso novo líder. Desejo toda sorte para que continue com esse brilhantismo, sendo essa revelação na política. É uma das maiores revelações da Assembleia nesta legislatura. V. Exa. tem feito um trabalho importante em nosso bloco, de formação e de defesa de ideias. Está sempre presente. É um deputado que está presente em nossa região, no Sul de Minas, assim como na Assembleia, no seu dia a dia.

Deputado Ulysses Gomes, de certa forma estou lhe passando o bastão, já que o deputado João Leite está falando em esportes, como numa corrida de revezamento. Fico muito feliz com isso. Nós dois representamos nossa região, o Sul de Minas. Fui líder até agora e tenho a honra e o privilégio de passar a liderança a suas mãos, que, com certeza, continuarão fazendo o trabalho brilhante que todo bloco vem fazendo. V. Exa. lembrou bem aqui os deputados Rogério Correia, Paulo Guedes e todos que foram nossos líderes. V. Exa. continuará com essa tradição.

Quero dizer uma coisa aos telespectadores, deputado Ulysses Gomes. Em nosso Bloco Minas sem Censura, com 23 parlamentares, tudo foi decidido por consenso, sem precisar de nenhuma votação para a sugestão do seu nome, que, na mesma hora, foi aprovado por todos. Isso dá ao nosso bloco a garantia de uma liderança legítima e genuína, que vai fazer um trabalho importante de oposição nesta Casa. Como você disse, esses trabalhos são de esclarecimento e de fiscalização. Agora mesmo conseguimos uma grande vitória, que foi a retirada da PEC nº 68. Ela colocava em risco o patrimônio dos mineiros com a privatização da Gasmig. Eu ainda estava na liderança, e conseguimos essa grande vitória. Somos poucos, mas somos trabalhadores unidos. Espero que num futuro bem próximo consigamos mudar essa situação.

Vim aqui para dar os parabéns e desejar todo o sucesso e toda a sorte a você, deputado Ulysses Gomes, meu companheiro, amigo e novo líder do Bloco Minas sem Censura. Obrigado.

O deputado Ulysses Gomes* - Obrigado, Pompílio. Quero lhe agradecer as palavras. Mais uma vez, quero compartilhar o reconhecimento do seu importante trabalho à frente do bloco, ao manter o diálogo, o trabalho transparente, articulado e coeso entre os 23 deputados do nosso bloco. Quero dar continuidade à ação coletiva desse bloco, representando, sem dúvida nenhuma, nessa linha que aqui compartilhei, todas as ações de combate em defesa do nosso povo de Minas Gerais.



Falei dos problemas que temos enfrentado na saúde. Vou citar um exemplo, um caso da nossa região do Sul de Minas. Desde junho do ano passado, criamos o maior consórcio de municípios do Brasil para a criação do Samu do Sul de Minas. Foi fundado o consórcio com 153 municípios, e a previsão para o início dos trabalhos seria no final de dezembro ou no começo deste ano, mas, infelizmente, depois de oito meses de atraso, o que vemos é a ausência da responsabilidade, da participação do governo do Estado.

O Samu funciona em todo o Brasil com investimentos, em sua maior parte, do governo federal, mas também conta com a participação direta dos municípios e do governo do Estado. O que aconteceu na nossa região do Sul de Minas foi que, infelizmente, o governo estadual de Minas Gerais não cumpriu com sua parte. Os municípios, desde janeiro, vêm pagando, vêm cumprindo sua responsabilidade. O governo federal já encaminhou as ambulâncias, já está pagando 34 hospitais credenciados e, até agora, o governo do Estado não cumpriu com sua obrigação de repassar R\$2.000.000,00 apenas, para cumprir com sua parte na execução da obra da sede. Estamos vivenciando casos como esse, em que o governo do Estado não cumpre com sua obrigação e vai empurrando os serviços. Na prática, quando a população vai cobrar, quando legitimamente quer ver o serviço, ela não consegue distinguir aquele serviço, não consegue saber de quem é a responsabilidade. Acho que o papel do bloco aqui nesta Casa será continuar fazendo com que a população tenha a oportunidade de compreender, um pouco mais, de onde vêm os recursos investidos em Minas Gerais, quem tem cumprido com sua obrigação e quem tem conseguido fazer com que mudanças significativas em Minas Gerais tenham repercussão na vida das pessoas. Não tenho dúvidas de que, nesse sentido, o governo federal tem cumprido, cada vez mais, com os investimentos, e vamos continuar fazendo esse trabalho.

Por isso quero, mais uma vez, registrar nosso agradecimento e reafirmar que nosso papel, de forma coletiva, com nosso bloco e com nossos deputados, continuará sendo defender os interesses da nossa população, defender a educação, a saúde e a segurança pública, sobretudo, com transparência, mostrando para a população de quem é a responsabilidade, quem está investindo em Minas e quem tem defendido os interesses do nosso povo de Minas Gerais.

Este momento eleitoral é o momento em que a população está mais atenta, mais aberta a ouvir. Obviamente, é neste período que teremos condições de mostrar ainda mais quais são as ações que, de fato, têm acontecido e quem são os responsáveis por essas mudanças aqui no Estado de Minas Gerais.

Não tenho dúvida de que, no caso específico da saúde, cada vez bate mais forte na vida das pessoas que cobram mais qualidade, mais serviços e ampliações deles, a fim de que possamos cada vez mais mostrar à população quem tem cumprido com a sua obrigação. Não tenho dúvida de que nesse sentido vamos dar continuidade a esse trabalho em nosso bloco de oposição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa* – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o deputado Hely Tarquínio, presidente desta sessão, decano da nossa Casa; todos os deputados e deputadas presentes, que largaram hoje os seus afazeres eleitorais para que pudéssemos todos aqui fazer um esforço concentrado para votar matéria de suma importância para o nosso estado; todos os telespectadores que nos veem e nos acompanham pela TV Assembleia - TV, deputado Bosco, criada alguns anos atrás pelo deputado Alencar da Silveira Jr.; e todo o público aqui presente em nossas galerias.

Antes de adentrar-me em alguns assuntos que hoje me trazem a esta tribuna, gostaria de, assim como o deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa, externar meus sentimentos e a minha solidariedade à família do ex-governador Eduardo Campos, que, de forma trágica, na última quarta-feira perdeu a vida em um acidente aéreo. Tenho certeza de que as causas serão apuradas o mais rápido possível. Mas, sobretudo, quero me solidarizar com sua família, amigos e familiares de todos os passageiros que se encontravam na aeronave, independentemente de diferenças partidárias. Não tenho dúvida de que grande parte da população brasileira aprendeu a respeitar e a compreender os ideais que esse ex-governador tinha. Ele pretendia exatamente levar o Brasil para transformar a vida das futuras gerações que ora se aproximam. Então, antes de mais nada, venho a público me solidarizar com a família e amigos.

Também quero dizer, ex-governador Eduardo Campos, que, onde quer que V. Exa. esteja, seus ideais, suas ideias serão levadas, seja por algum membro da sua família, seja por algum sucessor político que venha exatamente ocupar este vácuo e este espaço deixado por V. Exa.

Mas gostaria de tratar alguns assuntos que, na minha opinião, são de suma importância para que a população, para que os mineiros e todos aqueles, deputado João Leite, que nos acompanham tenham conhecimento. Acompanhava o parlamentar que me antecedeu tecer suas opiniões, como sempre. Ainda mais no momento em que nos aproximamos do período eleitoral, é natural entendermos que alguns equívocos, deputado João Leite, às vezes são cometidos no calor da emoção, no entusiasmo das candidaturas já colocadas. Porém, muitas vezes, procurando atender nossas tendências políticas, cometemos alguns equívocos. Acompanhando a fala do deputado que me antecedeu, ele disse que o governo de Minas deixou de cumprir e de aplicar recurso em diversas áreas, como as enumeradas aqui.

Posso estar equivocado, deputado Luiz Humberto Carneiro, nosso líder do governo - e aqui alguém me corrija -, mas o Estado de Minas nunca recebeu tantos investimentos e tantas melhorias nas áreas que foram citadas aqui como nos últimos 11, 12 anos. Os respectivos governos tiveram êxito, aprovação popular, reconhecimento dos órgãos de fomento internacionais, reconhecimento da população. Prova disso é que o povo elegeu naquela época o governador Aécio Neves, hoje senador.

O deputado João Leite* – O mais querido.

O deputado Gustavo Corrêa* – O mais querido para alguns colegas desta Casa, e espero que seja o mais querido da população brasileira a partir de 2015. Esse governo com certeza mudou e transformou a vida de vários mineiros.

Ainda no domingo à noite, quando participava de algumas festividades em Materlândia, perto de Guanhães, pude ver uma das ações, deputado João Leite, que com certeza mudou a vida das pessoas que ali estavam. Em primeiro lugar, o telefone celular. Vimos na festa as pessoas tirando fotos dos amigos, mandando quem sabe até para parentes no exterior, que recebiam as fotos do que ocorria naquele momento. Essa ação é graças ao governo que temos hoje: foi iniciada pelo governador Aécio Neves, teve sequência no



governo do nosso grande Prof. Antonio Augusto Junho Anastasia e tem continuado nas mãos do deputado Alberto Pinto Coelho, ex-colega e ex-presidente desta Casa.

Na saúde, em todos os municípios mineiros que temos oportunidade de visitar, deputado Hely Tarquínio, estamos sempre vendo uma Unidade Básica de Saúde, uma Farmácia de Minas, todas elas equipadas com remédio. Por outro lado, a Assembleia fez uma campanha em uma ação - até capitaneada pelo presidente desta Casa - para que o governo federal tivesse o limite mínimo de investimentos na área de saúde, coisa que hoje não ocorre e que acaba onerando e sobrecarregando os municípios, que já passam quase que exclusivamente sem nenhum recurso. Mais uma ação perversa, traiçoeira do governo federal, que centraliza cada vez mais os recursos em suas mãos.

Sabemos que a segurança pública - estão aqui os deputados Sargento Rodrigues, um *expert* no assunto, e João Leite, que preside a comissão desta Casa - é uma questão que realmente precisa da atenção de todos os governos. Não seria privilégio do governo de Minas Gerais: é um problema que hoje aflige todos os estados, é um problema nacional, sobretudo num país que tem inúmeras fronteiras como o Brasil. A droga acaba entrando, contaminando e fazendo com que o crime organizado se instale aqui.

O governo de Minas tem pagado muito bem os policiais militares. Dentro de suas limitações, tem procurado agir, da mesma forma, com a Polícia Civil, com o Corpo de Bombeiros. Mais do que isso, deputado João Leite, o governo tem equipado de forma correta para que os policiais continuem a representar essa polícia de Minas, que com certeza é e sempre foi orgulho de todos nós.

O deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado, deputado Gustavo Corrêa. V. Exa., com a autoridade de presidente da Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa, pode perfeitamente tratar desses números, como V. Exa. faz na tribuna nesta tarde. Já há anos V. Exa. milita e conhece bem esses números. Na questão que V. Exa. expõe, da segurança pública, estamos vendo não somente em Minas Gerais, mas no nosso país uma verdadeira contradição: os estados tendo de investir na segurança pública. O Estado do Paraná, que faz fronteira com outros países, teve de criar agora um batalhão de fronteira. A Polícia Militar foi para a fronteira, porque o governo federal abandonou as fronteiras brasileiras e retirou o Exército delas. A Polícia federal tem um baixíssimo efetivo e não dá conta de fiscalizá-las. O que está acontecendo?

Evo Morales, presidente da Bolívia, mandou ampliar a área de plantio de coca, porque não estão dando conta de entregar os pedidos. Olhem o que se tornou o nosso país. Hoje somos um corredor de passagem de drogas para outros países e estamos vendo a infelicidade chegar em todos os municípios brasileiros. O presidente da Comissão de Direitos Humanos do Paraná me disse que, no sertão cearense, não há água, mas o *crack* já chegou lá. Imaginem, os governos não conseguiram levar água, mas este governo que está infelicizando o Brasil conseguiu que o *crack* chegasse ao sertão cearense e, lamentavelmente, a vários lugares do nosso estado.

Para terminar e não tomar muito tempo desse brilhante discurso que V. Exa. faz nesta tarde, gostaria de falar sobre o investimento na segurança pública. Imaginem, estamos com 62 mil pessoas presas, praticamente 80% por tráfico de drogas. É um crime federal. No Brasil, há 4 presídios federais com 400 presos; em Minas Gerais, há 62 mil presos, a maioria por crime federal. Minas Gerais gasta - V. Exa. sabe, não vou lhe ensinar números, porque domina os investimentos em Minas - mais de R\$200.000.000,00 por mês com o sistema penitenciário. Sabem quanto Minas Gerais investiu em segurança no ano passado? Minas Gerais investiu 13% do seu orçamento na segurança pública. Quanto que o governo federal investiu? Quanto que o governo da presidente Dilma investiu? Ele investiu 0,6%. É um escárnio com a população brasileira. É um deboche.

Lembro-me de um vídeo recente do ex-presidente Lula, quando foi ao exterior, quando era oposição, falando que, nas ruas brasileiras, havia 25 milhões de crianças abandonadas. O ex-governador do Paraná, Jaime Lerner, que estava ao seu lado, disse: "Lula, se houvesse 25 milhões de crianças abandonadas nas ruas do Brasil, não íamos conseguir nem andar". É uma irresponsabilidade. Agora, ele vem aqui falar que Minas não investe em segurança. Quem não investe é o governo federal: 0,6%. Cuidar de 400 presos é um deboche com a população brasileira. Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa* - O senhor me permite uma pergunta, deputado João Leite, só para recordar: quanto o governo do Estado de Minas investiu?

O deputado João Leite* - Ele investiu 13% do orçamento em segurança pública.

O deputado Gustavo Corrêa* - Coincidentemente o número do PT, o número 13.

O deputado João Leite* - É uma homenagem ao que eles não investiram e não investem.

O deputado Gustavo Corrêa* - É uma homenagem que o governo de Minas resolveu fazer. Lamento quando V. Exa., que é conhecedor da referida matéria, sobretudo da segurança pública, vem a este Plenário dizer que, no Nordeste, não há água, mas o *crack* já chegou lá. Gostaria que outros craques, não este a que V. Exa. se referiu, mas craques como V. Exa., que defendeu nosso glorioso Clube Atlético Mineiro, pudessem representar o Nordeste brasileiro. Que bons médicos, bons profissionais na área da educação tivessem saído desse sertão, e não, este mal que tem destruído inúmeras famílias.

Espero eu, como disse V. Exa., que o governo federal comece realmente a implementar ações que visem combater todas as desigualdades, principalmente a insegurança pública no nosso país. Tenho certeza de que os futuros governos terão uma responsabilidade um pouco maior. O que falta, deputado Duílio de Castro, ao contrário do que ocorre em Minas Gerais, é organização e planejamento para as ações. Tudo que o governo de Minas fez e continua fazendo - o deputado João Leite teve oportunidade de ser secretário e sabe disso - é algo que vem sendo construído por meio de estudos e planejamento estratégico. O que terá de ser feito no ano de 2020, ele já sabe. Então, os próximos governantes de Minas, quem quer que sejam, independentemente de partido político, se rezarem na cartilha do atual governo, que vem dando certo e tem todo o reconhecimento, sobretudo dos órgãos internacionais, tenho certeza, vão dar sequência a esse belo governo.

Por outro lado, infelizmente, o governo federal não tem planejamento algum. Ainda ontem, passando pela tão falada BR-381 - disseram que se iniciou a sua duplicação -, mais uma vez fui obrigado a ficar parado nela em torno de duas horas e meia. As necessidades de intervenção chegaram a tal ponto que não havia como não mais realizá-la. Agora, fazendo como o governo federal faz tudo, ou seja, desculpem-me a expressão, nas coxas, infelizmente a população acaba sendo prejudicada.



Então, vim aqui e espero voltar inúmeras vezes, deputado Hely Tarquínio, a esta tribuna para, uma vez mais, valorizar e dizer que tenho orgulho de defender esse governo estadual que realmente mudou a cara de Minas Gerais nos últimos 12 anos.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço ao presidente e cumprimento os ilustres estudantes de Rio Branco e os também ilustres adolescentes que trabalham nesta Casa na qualidade de *office-boys* e *office-girls*.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, não poderia, neste momento, deixar de tratar de um tema tão importante, principalmente tão necessário para o cidadão mineiro. Este é um momento, Sr. Presidente, em que observamos que as coisas começam a ganhar um contorno diferenciado, até porque as eleições do próximo dia 5 de outubro estão se avizinhandando.

Por diversas vezes, ocupei a tribuna desta Casa para tratar das questões da segurança pública. Complemento aqui a fala do ilustre deputado João Leite, hoje presidente da Comissão de Segurança Pública, em relação a esse tema. Ele próprio tem sido testemunha do tanto que temos cobrado naquela comissão questões dessa área. Em relação ao plano estadual, essas são cobranças contínuas, cotidianas. Toda terça-feira, quando há reunião ordinária - aliás, essa comissão e a Comissão de Direitos Humanos desta Casa são as campeãs em reuniões ordinárias e extraordinárias –, aprovamos diversos requerimentos mostrando o trabalho das nossas forças policiais. Nos últimos três anos então, Sr. Presidente, pudemos notar o crescimento extremamente valioso do número de requerimentos aprovados com moção de aplausos aos policiais civis e militares devido a boas e ótimas ações desenvolvidas no combate ao crime e à violência em Minas Gerais. Nossas forças policiais têm dado exemplo acima de qualquer suspeita, com empenho, com dedicação. Sabemos disso, é só acompanhar o número de prisões que vêm acontecendo. Mas alguns candidatos hoje, ao discutir questões de segurança pública, esquecem-se do trabalho que tem sido realizado neste Estado.

Quero dizer da minha satisfação em poder estar na Comissão de Segurança Pública, na qualidade de vice-presidente, e ver todo o trabalho que temos feito ao longo desses anos. Os requerimentos de moções de aplauso que aprovamos ao longo desses últimos anos é uma demonstração do trabalho profícuo, persistente que as duas polícias, Civil e Militar, vêm fazendo no Estado de Minas Gerais.

Quero aqui, Sr. Presidente, dizer que são empenhadas e competentes as Polícias Civil e Militar de Minas Gerais, mas não assistimos, não estamos vendo nenhum empenho da parte do governo federal nesse sentido.

Infelizmente o governo federal vem, ao longo desse tempo, se omitindo criminosamente em relação à segurança pública. Todas as vezes que trouxemos segurança pública a esta tribuna, encontramos deputados dizendo que esse tema não é para ser tratado pelo governo federal. Eles dizem que a segurança pública é dever do Estado, portanto tem de ser cobrada dos governadores.

Mas, Presidente Hely Tarquínio, este deputado, na qualidade de especialista dessa área e também de advogado, não pode deixar de fazer uma interpretação do texto da Constituição da República, pois o constituinte originário diz o seguinte no art. 144: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal”.

Portanto, Sr. Presidente, não há como o governo federal, a União, fingir que segurança pública também não é de responsabilidade do governo federal. Neste momento, nossas galerias estão lotadas de estudantes. Eles estão acompanhando o pronunciamento deste deputado. Não precisa ser advogado nem especialista em segurança pública para entender que as Polícias Federal e Rodoviária Federal são órgãos do governo federal. Assim, a responsabilidade que têm sobre a segurança pública, conforme determinou o constituinte originário, é muito clara. Mas o que a União tem feito? Absolutamente nada. O que a União tem feito? A única coisa que ela tem feito é se omitir criminosamente. Ao mesmo tempo que a presidente da República, D. Dilma Rousseff, abandonou as fronteiras deste país, o narcotráfico as invadiu, seja pela Bolívia, seja pelo Peru, seja pelo Paraguai. Infelizmente o que a presidente da República fez, ao longo desses três mandatos do governo do PT, foi apenas cometer uma omissão criminosa. Que omissão é essa? Bem, 1kg de cocaína que passa pela nossa fronteira e chega a Belo Horizonte, a Betim, a Salto da Divisa, a Montalvânia – no extremo Norte -, e a Extrema, que fica na divisa do Estado de São Paulo, torna-se 3kg, porque é misturado a ela uma série de aditivos. Depois essa droga é revendida.

Não é preciso ser especialista para saber que hoje, no mínimo, 60% de toda a população carcerária do Brasil estão presos pelo crime de tráfico ou cometeram crime em nome dele. Como assim, deputado? Quando o morador se ausenta de casa, o arrombador entra lá e pega objetos daquela família. São objetos de valor, como relógios, celulares, joias ou eletrodomésticos de menor volume. Tudo aquilo é trocado por pedra de *crack*, por papelote de cocaína e por maconha na boca do tráfico. Um simples tênis de marca roubado de um estudante na porta de uma escola serve como moeda na boca do tráfico. Uma mochila de marca furtada ou roubada de um estudante é trocada por uma pedra de *crack* ou por papelote de cocaína. Aliado a isso, temos de ensinar, principalmente ao governo federal, que droga e arma são irmãs siamesas. Uma não anda sem a outra. Não existe traficante que anda desarmado, pois ele precisa segurar sua boca, defendê-la.

Portanto, uma série de crimes – como homicídio, estelionato, arrombamento, furto e roubo de veículos e roubo à mão armada - praticados em nome do tráfico de drogas. É por isso que eu disse que 60% da população carcerária brasileira está presa por tráfico de drogas ou em nome do tráfico de drogas, por crime cometido por causa do tráfico.

Isso é verdade, mas, por outro lado, o Brasil não produz pasta-base de cocaína. O Brasil, ilustres deputados Hely Tarquínio, presidente, e Bosco, não produz armamento pesado como o AK-47, o AR-15 e as metralhadoras israelenses. Mas isso vem passando livremente por nossas fronteiras. O pior exemplo de como se constata isso é o crescimento da criminalidade e da violência.

Esses crimes são praticados em nome do tráfico, e isso tem impacto na violência em todas as cidades, o que ocasiona maior letalidade até mesmo da força policial, em face da omissão do governo federal. Aqui, obviamente, os deputados se posicionarão contrariamente a essa omissão. Sabemos de todos os esforços que têm sido feitos pelo governo do Estado, mas eles ainda não são suficientes porque, em qualquer dos estados brasileiros nenhum governador conseguirá reduzir a criminalidade e a violência sem que o governo federal faça a sua parte. Não há como. Temos dois pontos cruciais para o enfrentamento da violência e da criminalidade, e ambos passam por Brasília, mas ainda assim o Congresso Nacional e a Presidência da República andam dormindo em berço



esplêndido. Digo que andam dormindo porque a única coisa que este deputado tem constatado é o afrouxamento do direito penal brasileiro, da legislação penal brasileira, enquanto eles se omitem deixando com que drogas e armas entrem livremente em nosso país. Alguns deputados talvez não tenham noção do que seja uma rodovia federal sem fiscalização; talvez não saibam quantas drogas e armas passam por essa rodovia e chegam aos centros urbanos, não só em Minas Gerais, mas em todo o Brasil. E a disputa desse tráfico é algo sangrento e violento, que vai impactando cada vez mais principalmente a nossa maior ruptura social, que é chamada de homicídio.

Há poucos dias vi um vídeo em que o candidato Fernando Pimentel dizia que o problema de segurança pública de Minas Gerais é de efetivo. Não fui eu quem disse isso, deputado Rogério Correia, mas o candidato Fernando Pimentel, em entrevista que deu ao jornalista Eduardo Costa no programa *Chamada Geral*, da Rádio Itatiaia, em 14 de maio. Ele disse que o problema de segurança mais grave de Minas Gerais é de efetivo, e quero concordar com ele. Assino embaixo. Mas ele disse também, com todas as palavras, que, para resolver esse problema, ele iria mudar a lei porque os policiais estão se aposentando muito novos. Trocando em miúdos, ele pretende aumentar o tempo de permanência do policial na ativa, que hoje é de 30 anos, antes que possa pleitear sua aposentadoria.

Eu quero aqui dizer, ao candidato, que problema de efetivo não se resolve aumentando o tempo de permanência dos nossos bravos policiais civis, militares e bombeiros, mas sim, contratando efetivos. Isso é o que deve ser feito por esse governo e por qualquer outro governo que venha a assumir no próximo mandato; e não penalizar aqueles que vão para a rua combater o crime. Isso é sinal de que o Sr. Fernando Pimentel não conhece muito bem uma área, pois ele teve, eu diria, a displicência de falar isso na Rádio Itatiaia. Não adianta tentar desfazer aquilo que já foi dito, porque na Itatiaia não havia debate, era uma entrevista; e, infelizmente, estamos aqui preocupados.

Por isso temos dito a todos os policiais em Minas Gerais: “Olhem, esse moço quer aumentar o tempo de permanência de vocês”. As palavras são do candidato, e foram totalmente equivocadas. Há uma série de maneiras de reduzir a criminalidade e a violência no Estado de Minas Gerais, mas não no lombo e nos ombros dos nossos policiais civis e militares. Em relação a essa tática de falar que vai aumentar o tempo de contribuição dos policiais, certamente - e se Deus assim permitir, deputado Rogério Correia -, estaremos aqui, nesta Casa, na defesa intransigente para que não venhamos permitir que seja alterado o tempo de contribuição. Infelizmente, foi uma falha desse candidato ao governo, e esperamos que ela não se concretize, porque, certamente, vai afetar a vida de milhares e milhares de policiais civis, militares e bombeiros de Minas Gerais.

Portanto, Sr. Presidente, para resolver problemas de segurança pública, contrata-se efetivo e não se aumenta o tempo de permanência, o tempo de contribuição dos nossos servidores da segurança pública. São essas as nossas considerações, Sr. Presidente.

O deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, vim à tribuna hoje para falar sobre dois assuntos: agricultura familiar e educação. Porém, instado pelo deputado Sargento Rodrigues a falar sobre segurança pública, quero apenas desmentir essa versão de que o Fernando Pimentel pensou, alguma vez na vida, em aumentar tempo de serviço de policial militar. Até porque a Constituição é federal. Ele teria de alterar a legislação federal para que o policial possa não ter concedida sua aposentadoria no tempo que ele precisa. Então, é óbvio que o Fernando Pimentel não pensa nisso. Agora, é claro que é preciso aumentar o efetivo da Polícia Militar, coisa que não foi feita nos últimos 12 anos. Pelo contrário, não colocam militares nas ruas, a segurança pública em Minas está um desastre. Isso não falam, passam a mão na cabeça do atual governo sem falar do absurdo que está a segurança pública em Minas Gerais.

Então, eu queria apenas fazer essa correção, de que não existe nada disso no programa do PT. Pelo contrário, nós vamos aumentar o número de policiais militares nas ruas. Isso nós vamos fazer, coisa que, em 12 anos, o governo atual do Estado não fez. E o policial terá da gente o carinho que não teve do governo tucano, que, inclusive, chegou a reprimir uma greve aqui, em Minas Gerais, assassinando lideranças dos policiais militares, à época. Houve uma repressão horrorosa aos próprios militares, como nós vimos. Então, os policiais militares podem ficar tranquilos que nós estaremos com eles nessa labuta de salvar o Estado de Minas Gerais desse descalabro de ausência de segurança pública que nós temos.

Sr. Presidente, vim hoje a esta tribuna para tratar, novamente, da educação. Houve ontem uma audiência pública para debater com a Uemg e a Unimontes a questão da Lei nº 100, que foi instituída por solicitação, à época, do governador do Estado, hoje senador, Aécio Neves, em que ele prometeu que iria efetivar, sem concurso público, 98 mil trabalhadores da educação. Sabidamente inconstitucional, essa lei acabou sendo derrubada pelo STF. E hoje os professores não sabem o que será deles amanhã: se terão emprego, se não terão emprego, se ficam no INSS, se vão ficar no Ipsemg, se haverá concurso, se não haverá concurso.

O governo não diz absolutamente nada do que fará a esses professores e professoras, que estão desesperados nas escolas. Não é exagero nenhum meu dizer que o funcionamento das escolas está completamente alterado e que foi instalado o caos nas escolas públicas de Minas Gerais. Teremos de refundar a escola pública em Minas Gerais. É impressionante o que o governo conseguiu fazer com as escolas públicas em 12 anos. Os senhores e as senhoras que nos acompanham pela TV Assembleia precisam ter a dimensão do quadro das escolas. Não existe mais segurança dos trabalhadores da educação, se ano que vem eles permanecerão ou não dando aula. A imensa maioria ou é professor ex-efetivado da Lei nº 100 ou é professor designado.

Imaginem o quadro nas escolas depois de 12 anos de governo tucano, com a imensa maioria dos professores ainda não efetivos no quadro público. A Constituição é de 1988 e dizia que teríamos de ter efetivos e realização de concurso público. Em vez de cuidar disso, o governo foi enchendo a escola sem fazer concurso público e dando esperanças mentirosas, iludindo, dizendo que não era preciso concurso. E hoje as escolas se encontram em total insegurança.

Para completar o quadro, o atual governo de Minas Gerais cometeu outro equívoco enorme: cortou a carreira dos professores, acabando com ela por meio de um instrumento chamado subsídio. Então, hoje, diferentemente do resto de todo o Brasil, em que o professor tem um piso salarial, acompanhado com um reajuste nacional - e essa é uma lei federal -, aqui o governo terminou com o piso e criou o subsídio. Com isso a carreira do professor não existe. Hoje um professor que entra na escola tem quase o mesmo salário dos que estão saindo, acabando, portanto, com a perspectiva de evolução na carreira, o que transforma a escola também em lugar onde não há incentivo para que o professor progrida e continue dando aula com tranquilidade.



Isso faz com que, na escola pública, os professores adoeçam em quantidade muito grande. A escola vive um quadro lamentável de desânimo. Esse é o quadro da escola pública. Deputado Sargento Rodrigues, quando mudar o governo, já no ano que vem, teremos de fazer uma grande conferência da educação no início do ano e sugerir aos professores que façamos um planejamento com todos eles, democratizando as escolas e fazendo com que elas passem a funcionar de forma democrática, chamando estudantes e alunos a fazer essa nova escola pública estadual conosco. Teremos de refundar a escola pública. O quadro é de muita gravidade e muito desânimo.

Este ano o quadro foi agravado com um programa elaborado às pressas pelo governo do Estado, que apelidaram de Reinventando o Ensino Médio, que é um sexto horário criado na escola. O governo chama de Reinventando o Ensino Médio, mas os estudantes e professores chamam de Arrebetando com o Ensino Médio, porque hoje estudantes são obrigados a fazer um sexto horário, na mesma escola, sem de fato serem formados em alguma profissão, que é o que foi prometido pelo governo. Então é apenas uma aula a mais. Os alunos estão sem entusiasmo, uma parte não vai assistir à aula no sexto horário, e as professoras têm de passar dever de casa. A escola piorou mais ainda.

E existe um grande programa nacional que se chama Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec -, de que vocês já ouviram falar. Um bom programa, do governo federal, instituído pela presidenta Dilma. Esse programa, sim, dá ao jovem uma profissão. Um compromisso que precisamos ter com os nossos jovens a partir do ano que vem é instituir o Pronatec em toda escola pública estadual para que eles possam ter a opção de sair do ensino médio já com uma profissão. Aí eles podem prestar as provas do Enem e ir para a faculdade, mas já terão uma profissão que os ajudará aliás num serviço de maior qualidade, com salário melhor.

Temos o compromisso com a escola pública em Minas Gerais de instalar o Pronatec e acabar com esse Arrebetando o Ensino Médio, que tem deixado as escolas públicas mineiras numa situação infelizmente lastimável.

Ontem fizemos uma reunião com os professores. Todos estão insatisfeitos e disseram que é preciso modificar esse quadro das escolas, notadamente o da Lei nº 100. Além disso, soubemos que o governo aprontou mais uma confusão. Assim que a Lei nº 100 terminou por ordem do Supremo, o governo pegou os professores e jogou todo mundo no INSS. Não tinha de fazer isso, não havia determinação, mas, para ficar livre dos professores, levou todo mundo para o INSS. Os professores passaram a não ser atendidos nesse instituto porque não havia prazo de carência. O governo do Estado entrou na Justiça querendo obrigar o INSS a acatar esses professores. O INSS respondeu na Justiça. Agora, o que a Justiça determinou? É claro que o governo de Minas estava de novo errado, que os professores têm de voltar para o Ipsemg e não deviam ter saído de lá. O Estado pôs à disposição recurso do Tesouro - do nosso imposto - em R\$110.000.000,00 para pagar o INSS. Agora, por ordem da Justiça, voltará todo mundo para o Ipsemg. Os professores obterão o direito que lhes foi tirado pelo governo do Estado por ordem e mérito de um juiz que assim o determinou.

No entanto, vejam a maldade do governo: põe os professores como na Lei nº 100, promete que fará com que sejam efetivos; perde na Justiça, abandona os professores pelo INSS e agora volta com eles. Quero saber: pagará o atrasado que não receberam neste tempo que estiveram no INSS? Isso o governo não quis responder ontem. Mais um problema para os professores.

Não bastasse isso, senhoras, senhores e nossos jovens que nos assistem hoje da tribuna da Assembleia, vai uma carta para a escola pública... Essa recebi em Olhos d'Água. Um diretor insatisfeito veio dizer exatamente essas palavras e me mostrou a carta: a Secretaria de Educação determinando aos superintendentes em todo o Estado de Minas Gerais que novamente não permitam às professoras alimentar-se da alimentação escolar dos alunos na escola. Diz que o recurso que vem é apenas para os alunos. Pergunto: por que o governo do Estado não complementa o recurso? Agora a diretora ou o diretor de escola tem de ficar vigiando se o professor comerá. É impressionante como pode agir dessa forma. A alimentação escolar sobra na escola. Não é feita a conta exata, e é jogada fora. Se for na roça, dá-se para os porcos. No entanto, as professoras e os professores não podem se alimentar da alimentação dos alunos. Olhem o grau a que chegamos em Minas Gerais, o quadro em que estão as escolas.

Faço realmente um apelo à secretária de Educação. Aprovei um requerimento, e ela está sendo agora convocada para vir à Assembleia Legislativa, porque nunca vem. Está faltando marcar a data com o presidente da Comissão de Administração Pública, com quem quero insistir nisso porque o requerimento já foi aprovado. Ela está convocada a vir aqui para explicar essas questões, por que trata os professores dessa forma, que raiva é essa que tem deles. Só porque lutaram pelos seus direitos e fizeram greve, ficarão perseguindo-os o resto da vida juntamente com o governo de Estado? É lastimável essa situação que estamos vendo na escola pública.

Sr. Presidente, eram essas as questões que queria levantar em relação à educação pública em Minas Gerais. Temos de remover, voltar, dar vida à escola pública e reconquistá-la para as professoras e os professores. Além disso, libertá-los dessa maldição que há 12 anos assola as escolas públicas no Estado de Minas Gerais. Elas podem contar comigo. Sou e continuarei sendo defensor dos professores e das professoras.

Sr. Presidente, as professoras merecem mesmo dos estudantes o carinho especial que não estão tendo do governo do Estado de Minas, que trata professora de maneira equivocada e autoritária. É assim que tem tratado a educação. Precisamos mudar. Conto com a solidariedade dos alunos com nossas professoras. Muito obrigado.

O outro assunto que me traz à tribuna é a agricultura familiar, que aliás tem uma lei de minha autoria. Amanhã iniciaremos um evento importante aqui na Assembleia Legislativa, sugerido por mim, que contará com a presença de vários agricultores e, evidentemente, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial neste Plenário. Deputado Sargento Rodrigues, já faço um convite a V. Exa., para participar do ciclo de debates Agricultura Familiar: mãos que alimentam e cuidam do planeta. O objetivo é comemorarmos o Ano Internacional da Agricultura Familiar, instituído pela ONU, promover o lançamento, em Minas Gerais, do Plano Safra da Agricultura Familiar e debater as questões estruturadoras da agricultura familiar. É um ciclo de debates muito importante. Então haverá a comemoração do Ano Internacional da Agricultura Familiar, e vamos também promover o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar em Minas. E, pela minha lei, o Estado terá, a partir deste ano, de apresentar o Plano Estadual da Agricultura Familiar. Fará isso, em novembro, na Assembleia Legislativa, fruto da lei de minha autoria aprovada por unanimidade pelos deputados.



Vamos também debater questões estruturadoras da agricultura familiar, tais como: modelo de desenvolvimento, gestão ambiental, políticas públicas, financiamento, organização e representação, acesso à terra, assistência técnica, pesquisa, extensão rural e comercialização da produção. Esses temas serão expostos aqui amanhã. Serão também debatidos temas como sustentabilidade econômica ambiental e repercussão dos créditos na agricultura familiar, o que melhorou e o que falta nessa área, como instituir políticas públicas federais no Estado de Minas Gerais, onde temos uma produção de programas muito pequena em relação ao que temos em nível federal. Debateremos ainda as perspectivas, daqui para frente, da agricultura familiar, se é necessário ou não criar uma secretaria própria para o desenvolvimento da agricultura familiar, que possa espelhar esses programas. São esses, Presidente Hely Tarquínio, os itens sobre os quais gostaria de tocar, aqui, hoje: educação e agricultura familiar.

- Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/8/2014, o Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Fábio Cherem

exonerando Luiza Maria Lima Menezes do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 4 horas;

nomeando Luiza Maria Lima Menezes para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 35/2013

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Município de Belo Horizonte. Objeto: cooperação técnica que entre si celebram o Município de Belo Horizonte e a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Vigência: 2/5/2014 a 2/11/2016.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/8/2014, pág. 66, onde se lê:

“exonerando Fátima Aparecida Diniz Leal do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria”, leia-se:

“exonerando, a partir de 25/8/2014, Fátima Aparecida Diniz Leal do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria”.